

PLANO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

LAGES - SC
2025-2029



CARMEN EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO
PREFEITA MUNICIPAL DE LAGES

INÊS DAS GRAÇAS SALMÓRIA
SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CAISAN







Membros da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Lages

Secretaria de Assistência Social - **Inês das Graças Salmória**

Secretaria de Assistência Social - **Mariana Coelho**

Secretaria de Educação - **Cristian Roberto Antunes de Oliveira**

Secretaria de Educação - **Alcione Donisete Mota**

Secretaria de Saúde - **Susana Zen**

Secretaria de Saúde - **Daianne Machado Barboza**

Secretaria de Serviços Públicos - **Jean Davis Coberllini**

Secretaria de Serviços Públicos - **Jefferson Antonio Alves de Souza**

Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Inovação - **Joel Nestor de Melo**

Júnior

Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Inovação - **Adriano Rezende Montes**

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca – **Pedro Donizete de Souza**

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca – **Josie Moraes Mota**

Procuradoria Geral do Município – **Rosane de Oliveira**

Procuradoria Geral do Município – **Clarisse Cristina Dunke**

Comitê Técnico do Plano de SAN de Lages

Secretaria de Assistência Social - **Mariana Coelho**

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca – **Josie Moraes Mota**

Instituições colaboradoras

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/SC

Projeto gráfico e diagramação

Josie Moraes Mota



**CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE
LAGES- CAISAN**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. O MUNICÍPIO DE LAGES.....	11
1.1 A História de Lages: Um Encontro de Tradição, Cultura e Natureza	11
1.2 Localização e características da população	13
1.3. Economia.....	16
1.4. Características Climáticas.....	19
1.5 Características do Solo	19
1.6 Recursos Hídricos.....	20
1.7 Biodiversidade – Fauna e Flora.....	21
1.8 Produção de Alimentos em Lages (SC)	22
a) Agricultura.....	22
Panorama Geral.....	22
Lavouras Temporárias.....	22
Uso da Terra	23
Agricultura Familiar	23
Fruticultura	23
b) Produção Pecuária.....	24
Panorama Geral.....	24
Rebanho.....	24
c) Agroindústrias familiares	24
d) Extração Vegetal.....	25
2. DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	25
2.1 Cenário Nacional	27
2.2 Cenário Estadual	27
2.3 Cenário Municipal	29
3. SAN – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	31
3.1. Diretoria de Proteção Social Básica	36
3.2. Diretoria de Proteção Social de Média Complexidade.....	37
3.3. Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.....	38
3.4. Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN).....	38
3.4.1. <i>Estrutura e Funcionamento</i>	39
3.4.2. <i>Composição da Equipe que constituiu os equipamentos acima descritos (cargos e funções):</i>	39
3.4.3. <i>Descrição detalhada dos equipamentos de Segurança Alimentar da Assistência Social</i>	39
3.4.3.1. Banco de Alimentos	40
A) O que são?.....	40
B) Formas de acesso	40



C)	Procedimentos para cadastramento de entidades para o recebimento de alimentos	41
3.4.3.2.	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	45
A)	Formas de acesso	45
B)	Controle Social	46
3.4.3.3.	Padaria Municipal de Lages/SC	46
A)	Produção e Capacidade Operacional	46
B)	Formas de acesso e público-alvo	47
C)	Contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional	47
3.4.3.4.	Cozinha Comunitária.....	47
A)	Formas de acesso	49
B)	Público-alvo	49
C)	Capacidade de atendimento	49
3.4.3.5.	Outros benefícios prestados à população em Vulnerabilidade Social	50
	Quantitativo de Benefícios Eventuais Concedidos (Cesta Básica).....	50
4.	SAN - Secretaria de Educação.....	51
4.1.	Organização da Alimentação Escolar.....	52
4.2.	Planejamento e Equipe Técnica.....	52
4.3.	Qualidade e Segurança dos Alimentos	53
4.4.	Atendimento a Estudantes com Restrições Alimentares	53
4.5.	Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e Hortas Escolares	54
5.	SAN - Secretaria da Indústria, Comércio e Inovação (SICOI)	55
5.1.	PAPEL ESTRATÉGICO DA SICOI NO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E À FOME.....	55
i.	Promoção da Renda e do Trabalho.....	55
ii.	Fomento ao Empreendedorismo Popular	55
iii.	Inclusão Produtiva	55
5.2.	COMO FAZER? (RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS)	57
5.2.1.	Mapeamento de Oportunidades	57
5.2.2.	Fortalecimento de Parcerias	57
5.2.3.	Sugestão para Monitoramento de Resultados.....	57
6.	SAN - Secretaria de Saúde	58
6.1.	Avaliação Antropométrica	59
6.2.	Unidades de saúde	60
6.3.	Serviços e Programas de Saúde envolvidos na Segurança Alimentar e Nutricional	62
6.4.	Programa Saúde na Escola – PSE	63
6.5.	Programa Bolsa Família.....	63
6.6.	Sistema de Informação em Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN	64
6.7.	Vigilância Epidemiológica e Sanitária.....	64



7. SAN - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca de Lages.....	65
7.1 Produção Agrícola e Pecuária.....	65
7.2 Programas de Aquisição e Alimentação Escolar - PNAE e PAA: Conectando a Agricultura Familiar à Segurança Alimentar em Lages	67
7.3. Ações Desenvolvidas no Âmbito do Serviço de Inspeção Municipal – SIM ..	68
7.4. Infraestrutura de Abastecimento	69
7.5. Fortalecimento da Agricultura Familiar e Produção Urbana	69
7.6. Hortas Escolares – Projeto Terra Mágica	70
7.8. Atividades relacionadas ao uso da água	72
7.9. Infraestrutura de Estradas Rurais.....	72
7.10. Programa Porteira Adentro	73
7.11. Feiras da Agricultura Familiar	74
RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE LAGES – SC	76
PROPOSTA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO	80
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	83



APRESENTAÇÃO

Garantir o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, desde o nascimento até o final da vida, é um desafio complexo que se estende a todos os países do mundo. No caso do Brasil, um país de proporções continentais, esse desafio é ainda mais acentuado, requerendo uma coordenação altamente integrada entre os níveis federal, estadual e municipal.

O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para o Município de Lages ilustra bem essa situação desafiadora. A responsabilidade recai sobre a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) de Lages, que se dedica a esse projeto complexo. Um dos focos principais dessa câmara é a busca pela articulação e diálogo entre todas as áreas envolvidas, de forma a desenvolver uma abordagem abrangente.

A compreensão das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e o aprendizado adquirido durante a elaboração do Plano representam uma conquista valiosa para os membros da CAISAN. Entretanto, é importante reconhecer a distância considerável entre o ideal e a realidade atual. A CAISAN assume a responsabilidade de encurtar essa lacuna, transformando o Plano de SAN em ações efetivas.

A análise da situação atual do município de Lages é um passo fundamental para identificar áreas que requerem melhorias ou implementações. Nesse sentido, serão delineadas ações específicas que abrangem desde o fortalecimento das parcerias até a ampliação das redes de suporte. O envolvimento de várias entidades também é uma peça crucial no desenvolvimento dessas ações, e o Plano destacará quais organizações devem ser acionadas e integradas nesse processo.

Em suma, a construção do Plano de SAN para o Município de Lages é uma tarefa desafiadora que exige uma abordagem unificada e articulada. A CAISAN desempenha um papel fundamental nesse processo, buscando transformar conhecimento em ação e encurtar a distância entre o conceito ideal e a realidade concreta. O Plano representa um marco político e social de grande relevância, evidenciando o fortalecimento de uma abordagem interdisciplinar coesa, com o objetivo de concretizar as iniciativas voltadas à esfera da Segurança Alimentar e Nutricional.

Este Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é intrinsecamente dinâmico e participativo. Desta maneira, sua estrutura permite uma constante revisão



dos objetivos, prioridades, estratégias e ações, todos destinados a assegurar o pleno exercício do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Soberania Alimentar, conforme estipulado pela Lei Federal nº 11.346 de 2006.

Além disso, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional estabelece que a execução das diretrizes delineadas deve ser sujeita a monitoramento contínuo e avaliação de sua eficácia. Desde o momento de sua implementação até a sua configuração final, o plano assegura que as estratégias públicas, englobando a promoção do direito à alimentação adequada, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento e o atendimento das populações vulneráveis, sejam alcançadas por meio de um esforço coletivo e interdisciplinar. Este esforço colaborativo e a articulação entre diferentes áreas governamentais e da Sociedade Civil materializam o compromisso de cumprir a visão delineada no Plano.

Lages, como um município de extensão territorial significativa, apresenta um contexto em que a insegurança alimentar e nutricional pode ser uma preocupação. Para avaliar essa situação, é necessário considerar fatores como acesso à alimentação adequada, disponibilidade de alimentos, vulnerabilidade social e ações implementadas para enfrentar esses desafios.

Neste sentido, para nortear este trabalho, iremos considerar os seguintes aspectos relacionados a insegurança alimentar e nutricional em Lages:

1. Acesso à Alimentação Adequada: É importante avaliar se todas as camadas da população têm acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às suas necessidades nutricionais. Problemas econômicos podem afetar a capacidade das famílias de adquirir alimentos saudáveis e variados.

2. Vulnerabilidade Social: Grupos sociais mais vulneráveis, como famílias de baixa renda, crianças, idosos e comunidades rurais, geralmente estão mais suscetíveis à insegurança alimentar. É essencial avaliar como esses grupos estão sendo atendidos em termos de alimentação e apoio.

3. Disponibilidade de Alimentos Locais: Lages possui uma base econômica ligada à agricultura e pecuária. É importante avaliar se a produção local de alimentos



está sendo suficiente para abastecer a população com alimentos frescos e nutritivos, reduzindo a dependência de alimentos importados.

4. Programas de Segurança Alimentar: Ações como programas de alimentação escolar, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e distribuição de cestas básicas podem ser vitais para enfrentar a insegurança alimentar. Avaliar a eficácia e o alcance desses programas é fundamental.

5. Educação Alimentar: Iniciativas de educação alimentar e nutricional podem aumentar o conhecimento da população sobre escolhas alimentares saudáveis, aproveitamento integral dos alimentos e práticas sustentáveis.

6. Parcerias Intersetoriais: Colaborações entre diferentes setores, como saúde, educação, agricultura e assistência social, podem ser fundamentais para abordar as causas subjacentes da insegurança alimentar.

Uma análise mais aprofundada das políticas, programas e estatísticas locais é necessária para compreender a extensão da insegurança alimentar e nutricional em Lages. Isso permitirá identificar pontos fortes e desafios específicos e embasar a criação ou aprimoramento de estratégias para garantir o acesso universal à alimentação adequada e saudável para todos os cidadãos do município. Mas antes de iniciarmos essa análise vamos conhecer um pouco mais do município a sua história e atualidade.

1. O MUNICÍPIO DE LAGES

1.1 A História de Lages: Um Encontro de Tradição, Cultura e Natureza

Lages, uma cidade cuja história é profundamente rica, se ergue como uma das localidades mais antigas de seu estado, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento da região.



As origens da cidade datam de épocas ancestrais, com registros que remontam aos povos indígenas que habitavam o território antes da chegada dos colonizadores europeus. No entanto, foi apenas em 22 de novembro de 1766 que a cidade de Lages foi oficialmente fundada, marcando um marco histórico quando o capitão Correia Pinto estabeleceu uma colônia na região.

Durante o período colonial, Lages se tornou um ponto estratégico nas rotas de exploração e ocupação do sul do Brasil. A cidade ganhou destaque como um centro crucial no tropeirismo, uma atividade econômica que se baseava no transporte de gado e mercadorias por meio de tropas de mulas. Este ofício não só impulsionou o desenvolvimento econômico da região, mas também deixou uma marca profunda na cultura e identidade de Lages.

O crescimento contínuo ao longo dos anos fez de Lages um centro administrativo e comercial proeminente na região serrana de Santa Catarina. Em 1851, a cidade foi elevada à posição de capital da província de Santa Catarina, mas posteriormente cedeu esse título para Florianópolis em 1881. Durante a Revolução Federalista no final do século XIX, Lages testemunhou confrontos intensos entre os rebeldes federalistas e as tropas legalistas, eventos que deixaram uma marca indelével tanto na cidade quanto na região circundante.

Lages também é conhecida por seu tradicionalismo gaúcho e por sediar a Festa Nacional do Pinhão, um evento cultural e gastronômico proeminente em Santa Catarina. Esta celebração valoriza a cultura local, apresentando a culinária típica, as danças tradicionais e a música gaúcha.

Além de sua rica história, Lages também é abençoada com uma beleza natural exuberante, caracterizada por paisagens montanhosas e uma biodiversidade impressionante. A região serrana de Santa Catarina é reconhecida por suas áreas de preservação ambiental, incluindo o renomado Parque Nacional de São Joaquim e a Serra do Rio do Rastro, destinos que atraem visitantes de todo o país.

Hoje, Lages ocupa um papel central como um centro regional de destaque, com uma economia que abarca agricultura, pecuária, comércio e serviços. A cidade também é sede de instituições de ensino superior e oferece uma infraestrutura que atende tanto à população local quanto aos visitantes.

Em síntese, a história de Lages é uma sinfonia de tradição, cultura e natureza. Desde suas raízes profundas até suas vibrantes manifestações culturais e beleza



natural, Lages oferece uma experiência única tanto para seus moradores quanto para aqueles que a visitam.

1.2 Localização e características da população

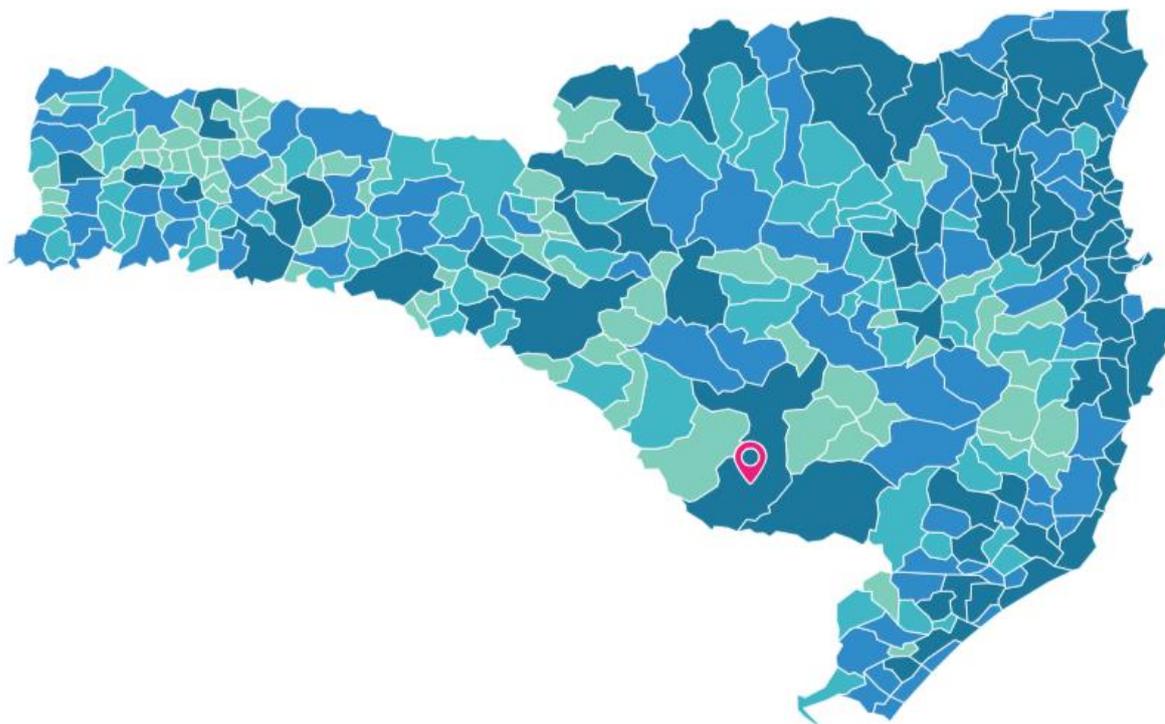
Lages, o maior município em extensão territorial de Santa Catarina, ocupa uma área impressionante de 2.644,986 km², destacando-se por sua vastidão geográfica. Situado em uma região de conexões e fronteiras, Lages faz divisa com diversos municípios, contribuindo para uma rica interação entre comunidades. Entre os vizinhos que compartilham fronteiras com Lages estão Bocaina do Sul, Bom Jesus (RS), Capão Alto, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, São Joaquim e São José do Cerrito. Essa interligação geográfica confere à cidade uma posição de destaque na região e a oportunidade de participar ativamente no desenvolvimento conjunto.

Com seu amplo território e população dinâmica, Lages emerge como um local de encontros, diversidade e potencial. A paisagem extensa é tanto um reflexo da



geografia local quanto um lembrete da vastidão de oportunidades que a cidade tem a oferecer.

Figura 1 - Localização e população estimada de Lages dentro do Estado.



Legenda

até 3.689 pessoas

até 8.418 pessoas

até 19.862 pessoas

mais que 19.862 pessoas

Fonte: IBGE, 2022.

Em relação ao crescimento populacional do município pode-se afirmar que a população da cidade de Lages em 2022 chegou a 164.981 pessoas (Figura 1), o que representa um aumento de 5,27% em comparação com o Censo IBGE 2010. Percebe-se também que no ano de 2022 o maior percentual populacional é de crianças do sexo masculino. Entretanto, conforme aumenta a faixa etária há um maior predomínio do sexo feminino na população (Tabela 1).



Tabela 1: Distribuição populacional, por faixa etária, por grupo de idade e sexo, residentes em Lages, período 2022.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	5.501	5.251	10.752
5 a 9 anos	5.316	5.069	10.385
10 a 14 anos	4.864	4.724	9.588
15 a 19 anos	5.015	4.888	9.903
20 a 29 anos	12.106	11.695	23.801
30 a 39 anos	12.286	12.531	24.817
40 a 49 anos	10.371	10.984	21.355
50 a 59 anos	9.050	10.405	19.455
60 a 69 anos	6.657	7.989	14.646
70 a 79 anos	3.586	4.801	8.387
80 anos e mais	1.518	2.551	4.069
Total	76.270	80.888	157.158

Fonte: IBGE, 2022.

Quanto à distribuição por faixa etária, a maior parte da população de Lages se concentra na faixa etária de 20 a 59 anos (56,9%) que engloba a população em idade economicamente ativa. A faixa de 30 a 39 anos é a mais numerosa, com um total de 24.817 indivíduos, seguida pela faixa de 20 a 29 anos, que conta com 23.801 indivíduos. Essas faixas etárias, juntas, representam uma parcela significativa da população, sinalizando um ambiente propício para atividades econômicas e o desenvolvimento local (Tabela 1).

Por outro lado, aproximadamente 26% da população se encontra na faixa etária de 0 a 19 anos e 17,2% da população possui mais de 60 anos de idade, indicando uma população inativa considerável. É importante ressaltar que o grupo de idosos apresentou um aumento de aproximadamente 6%, se comparado ao ano de 2010 evidenciando a tendência de envelhecimento da população.

Esses dados demográficos desempenham um papel fundamental no planejamento municipal, permitindo a adaptação de políticas públicas para atender às necessidades específicas das diferentes faixas etárias e gêneros da população de Lages.



Em relação à população urbana e rural, é possível notar uma tendência de decréscimo na população rural ao longo das últimas quatro décadas (Tabela 2). No entanto, há um discreto aumento na população rural na última década, possivelmente influenciado pela pandemia. Muitas pessoas optaram por retornar às áreas rurais por motivos que incluem o isolamento social, preocupações com a saúde e fatores econômicos.

Tabela 2: Histórico da população de Lages (1991-2022), sendo a população total de 164.981 habitantes

Ano	População Urbana		População Rural		Total
	População	%	População	%	
2022	161.681	98	3300	2	164.981
2010	156.737	98,25	2.793	1,75	159.530
2000	153.582	97,4	4.100	2,6	157.682
1991	138.575	91,63	12.660	8,4	151.235

Fonte: IBGE, 2022.

1.3. Economia

A economia de Lages destaca-se pela pecuária, agricultura, indústria madeireira (incluindo papel e celulose), indústria de bebidas e turismo rural. O setor alimentício assume um papel significativo, contribuindo com aproximadamente 40% da arrecadação municipal. Paralelamente, o setor madeireiro desempenha um papel crucial, gerando cerca de 30% da arrecadação.

Em 2010, o município alcançou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,770, indicando um nível de desenvolvimento humano considerado alto de acordo com o Atlas Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países.

As dimensões que constituem o IDH são:

Renda: Padrão de vida medido pela Renda Nacional Bruta per capita;
Saúde/Longevidade: Vida saudável e longa medida pela expectativa de vida e
Educação: Acesso ao conhecimento medido pela média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar.



Na tabela 3 pode-se observar que o índice de desenvolvimento humano de Lages é o maior dentre os municípios da AMURES, entretanto não se tem informações atualizadas desde índice na última década. Apesar da falta deste dado, alguns índices socioeconômicos tem evoluído no decorrer dos anos, com destaque ao setor de serviços, indústria e agropecuária.

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Comparação Regional

Municípios Amures	IDH
Anita Garibaldi	0,688
Bocaina do Sul	0,647
Bom Jardim da Serra	0,696
Bom Retiro	0,699
Campo Belo do Sul	0,641
Capão Alto	0,654
Cerro Negro	0,621
Correia Pinto	0,702
Lages	0,77
Otacílio Costa	0,74
Painel	0,664
Palmeira	0,671
Ponte Alta	0,673
Rio Rufino	0,653
São Joaquim	0,687
São José do Cerrito	0,636
Urubici	0,694
Urupema	0,699

Fonte: IBGE, 2010.

Em comparação aos município com mais de 100 mil habitantes nota-se que Lages ainda tem muito que melhorar, ficando em penúltimo lugar no ranking e ganhando apenas do município de Palhoça (Tabela 4).

Tabela 4: IDH - Comparação com os Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Município	IDH	População
Chapecó	0,79	183.530
Itajaí	0,795	183.373
Jaraguá do Sul	0,803	143.123
Lages	0,77	156.727
Palhoça	0,757	137.334
Balneário Camboriú	0,845	108.089



Brusque	0,795	105.503
----------------	-------	---------

Fonte: IBGE, 2010.

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Lages totalizou cerca de R\$ 37.369,21 colocando o município no ranking 148º no âmbito estadual de um total de 295 municípios.

No que se refere à distribuição dos estabelecimentos, 5,4% estão vinculados à agropecuária, 15,4% à indústria, 37,7% ao setor comercial e 41,6% ao setor de prestação de serviços. No quesito empregabilidade, o setor de prestação de serviços é o principal gerador de empregos, representando 46,2% do total. Em seguida, a indústria responde por 25,3%, enquanto o comércio contribui com 25,0% dos empregos com carteira assinada (Sebrae, 2017).

Quanto a realidade socioeconômica, Lages reflete os desafios enfrentados pela região serrana de Santa Catarina, considerada a mais vulnerável do estado. Segundo dados recentes da Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), aproximadamente 13 mil pessoas vivem em situação de extrema pobreza na região. Essa condição é definida pelo IBGE como a de famílias com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 209 mensais (critérios de 2023).

Embora Santa Catarina apresente o menor índice de extrema pobreza do país – com apenas 1,4% da população estadual nessa situação – a Serra Catarinense concentra um percentual mais elevado em comparação a outras regiões. Fatores como a predominância de atividades agropecuárias de subsistência e o isolamento geográfico contribuem para a dificuldade de acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas mais amplas.

Apesar dos desafios sociais, Lages possui uma economia diversificada. Em 2021, o município registrou um PIB per capita de R\$ 41.846,27, demonstrando um grau considerável de desenvolvimento econômico. Contudo, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de aproximadamente 2,2 salários mínimos, o que indica a persistência de desigualdades socioeconômicas. A cidade abriga 6.054 empresas e organizações ativas, oferecendo uma base consistente para geração de emprego e renda, mas ainda insuficiente para garantir a inclusão de todas as famílias no mercado formal.



Tabela 5 - População e Economia

PIB per capita - 2021 - IBGE	41.846,27
População residente - IBGE - 2024	171.609
Número de Empresas e outras Organizações Atuantes - 2020	6.054
Salário médio mensal dos trabalhadores formais - 2020	2,2 salários mínimos
Pessoal ocupado - 2020	50.424 pessoas
Pessoal ocupado assalariado - 2020	42.555 pessoas

Fonte: IBGE, 2020, 2021 e 2022.

1.4. Características Climáticas

Segundo a classificação de *Köppen*, Lages possui clima temperado **Cfb**, mesotérmico, sempre úmido e com verões brandos. Durante o inverno, o clima é frio com temperaturas que podem chegar a -4 °C com sensação térmica de -10 °C e a temperatura média dos meses mais frios compreende-se entre -3 °C e 18°C. Em nossa região ocorrem geadas severas e frequentes, num período médio de 10 a 25 dias anualmente, e em alguns invernos, queda de neve.

Já no verão, o clima é agradável, com temperaturas podem chegar a 34 °C. A umidade relativa do ar média é de 79,3% e o índice pluviométrico anual é de 1.300 a 1.500 mm, contando com chuvas bem distribuídas ao longo do ano. Os meses de junho a agosto se destacam pela maior intensidade de precipitação, enquanto de janeiro a março há uma redução nas chuvas.

1.5 Características do Solo

Os solos são em sua grande maioria, derivados de rochas ácidas e básicas. Dada as características dos materiais de origem e de clima, os solos da região são ácidos com teor de alumínio trocável de médio a alto, baixa maturação de bases e baixo teor de matéria orgânica. De acordo com o Governo do Estado de Santa Catarina os solos da região possuem diferentes potencialidades e limitações ao uso agrícola e implicações em relação ao manejo (SANTA CATARINA, 1986). De forma geral, as condições físicas, como estrutura, armazenamento de água e aeração podem ser favoráveis na maioria dos locais.



Quanto às classes de solo, predominam os Cambissolos, ainda em processo de desenvolvimento e com material de origem na massa do solo. Situam-se nos mais variados tipos de relevo, desde o suave ondulado até o montanhoso, podendo ou não apresentar pedras em sua superfície. Sua fertilidade natural é muito variável, baixa a alta. São utilizados principalmente para o plantio de milho, feijão, batatinha, soja, para pastagens e reflorestamentos.

Outra classe de solo importante na região são as terras Bruno Estruturadas (ditos Nitossolos, atualmente), que apresentam alta suscetibilidade à compactação, especialmente pela textura argilosa, com alta pegajosidade e plasticidade, o que dificulta a ação dos implementos, entretanto são solos bem drenados, com estrutura normalmente em blocos sub-angulares e situados geralmente em relevo suave ondulado e ondulado. São de baixa fertilidade natural, necessitando de adubação e calagem para obter produção agrícola satisfatória. Normalmente utilizados para o plantio da soja, do trigo, do milho e para pastagem e fruticultura, ocorrendo algumas restrições agrícolas devido ao relevo ondulado e forte ondulado associado a pedregosidade que pode ser presente em maior ou menor grau, o que reduz a área aproveitável para a agricultura mecanizada intensiva, contribuindo mais uma vez para a presença da pecuária no cenário rural, atividade característica da região.

1.6 Recursos Hídricos

O município localiza-se na bacia do Rio Canoas, que nasce entre a Serra da Anta Gorda e a Serra da Boa Vista, ambas parte da Serra Geral, este rio corre na direção geral SE-NO apresentando curso sinuoso com pequenos trechos retilinizados. A Bacia do rio Canoas possui uma área de 22.808 km² e uma área de drenagem de 15.012 km², contando com uma vazão de 260 m³/s.

Os principais rios que constituem a Bacia são: Pelotas, Canoas, Lava-Tudo, da Divisa, Vacas Gordas, Pelotinhas, dos Macacos, do Pessegueiro, Piurras, Dois Irmãos e Limitão, de águas pouco poluídas, com exceção das águas do rio Caveiras à jusante da cidade de Lages, assim como os córregos que cortam a cidade, sendo o principal curso de água urbano o Rio Carahá.



O consumo de água proveniente desta bacia para a agricultura é de 56.416,3 m³/dia, e há o consumo de água também por três usinas hidrelétricas, sendo umas delas em Lages no Rio Caveiras.

1.7 Biodiversidade – Fauna e Flora

O município de Lages está inserido no bioma Mata Atlântica mais especificamente na formação da Floresta Ombrófila Mista (FOM) popularmente chamada de Mata com Araucárias (GUERRA, et al. 2002). A vegetação original da região é constituída por mosaicos de campos nativos entremeados por florestas. A transição entre estas formações tão distintas é muitas vezes abrupta e o contato do campo com a floresta ocorre tanto em bordas de florestas contínuas, quanto em florestas ripárias ou em capões de mato (manchas florestais insulares inseridas em uma matriz campestre) (BOLDRINI, et al. 2009).

A FOM apresenta estratificação própria, sendo o estrato superior exclusivamente formado pela araucária (*Araucaria angustifolia*) (NETTO, et al. 2012). Sob a cobertura das copas das araucárias, encontram-se outras espécies de árvores, arbustos, ervas, epífitos e lianas, que variam em abundância e porte dependendo do local e do período de desenvolvimento da comunidade em questão (LINDMAN, 1906; KLEIN, 1960).

Outra formação vegetal presente no município são os campos. Estas áreas predominam em zonas de maior altitude (com cotas superiores a 800m) e possuem vegetação típica de ambientes montano e alto-montano, com estrutura arbustiva e/ou herbácea (BOLDRINI, et al. 2010). No município de Lages este tipo de ambiente é encontrado principalmente na região da Coxilha Rica. Em meio à vegetação campestre destacam-se afloramentos rochosos muitas vezes cobertos por líquens que lhes conferem uma cor esbranquiçada característica que pode ser encontrada também na região de Pedras Brancas. A diversidade florística dos campos encontrados no município é extremamente alta e caracterizada por muitos endemismos (BOLDRINI, et al. 2009).

Em um contexto amplo de conservação, a vegetação presente na região em que se encontra o município vem sofrendo com ações antropogênicas, em decorrência da contínua e substituição, descaracterização e fragmentação dos diferentes ambientes que os compõem. A introdução de espécies exóticas, o avanço



de extensas monoculturas, como por exemplo, de espécies de Pinus e outras atividades agrícolas, o corte seletivo ocasional (muitas vezes ilegal) em remanescentes florestais e a drenagem/represamento de banhados são as principais ameaças a conservação da flora no município.

A Floresta Ombrófila Mista também é um dos ecossistemas mais ricos em relação à biodiversidade de espécies animais, contando com indivíduos endêmicos, raros, ameaçados de extinção, espécies migratórias, cinérgicas e de interesse econômico (FONSECA, et.al. 2009). Muitas destas espécies já foram registradas na região em que a área do município de Lages está inserida, o que faz com que a mesma seja considerada de extrema importância biológica (BOLDRINI, et al. 2010; MMA, 2007).

Em comparação a outras regiões do Brasil, e até mesmo de Santa Catarina, a região de Lages pode ser considerada relativamente bem conhecida em relação a sua fauna. Contudo, a maior parte dos estudos se restringe às espécies de vertebrados como anfíbios, répteis, aves, mamíferos e peixes.

1.8 Produção de Alimentos em Lages (SC)

a) Agricultura

Panorama Geral

A agricultura em Lages é caracterizada pela diversidade de culturas, com destaque para a expansão das lavouras de grãos, especialmente a soja, impulsionada por investimentos da agricultura empresarial. Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo na área cultivada e na produção dessas culturas.

Lavouras Temporárias

As lavouras temporárias têm maior incidência no uso da terra em Lages, com destaque para o cultivo de commodities como soja e milho, essenciais tanto para a alimentação animal quanto para a exportação (Tabela 6).

Tabela 6: Lavouras Temporárias em Lages (2024/2025).

Cultura	Produção (ton)	Área (ha)	Produtividade média(kg/ha)
Soja	55.380	14.200	3.900
Milho	37.000	3.700	10.000



Feijão	2.520	1.500	1.680
Batata Inglesa	500	20	25.000
Cebola	250	10	25.000
Alho	8	1	8.000
Trigo	1750	500	3.500

Fonte: EPAGRI/CEPA, 2025.

Uso da Terra

A análise do uso da terra em Lages revela a predominância das pastagens naturais, evidenciando a forte aptidão pecuária do município.

Tabela 7: Uso das Terras em Lages

Utilização das Terras	Hectares
Pastagens Naturais	125.132
Pastagens Plantadas em boas condições	19.040
Pastagens Plantadas em más condições	1.783
Lavouras Temporárias	13.512
Lavouras Permanentes	325
Matas e Florestas Naturais	13.046
Florestas Naturais destinadas à preservação	38.991
Florestas Plantadas	29.191
Sistemas Agroflorestais	10.769
Área para cultivo de flores	13
Sistema de preparo do solo (Plantio direto)	12.120

Fonte: IBGE (2017).

Agricultura Familiar

A agricultura familiar em Lages baseia-se na diversidade de atividades agropecuárias e não-agrícolas. A adoção da pluriatividade e práticas sustentáveis, como o uso de restos culturais e adubação verde, contribuem para a melhoria do solo e redução de custos. Iniciativas como as feiras municipais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) fortalecem a comercialização direta e garantem renda para os agricultores familiares.

Fruticultura

A fruticultura em Lages, embora ainda não amplamente explorada, apresenta potencial devido ao clima favorável. Culturas como maçã, uva e ameixa são produzidas, e há espaço para expansão, especialmente com o cultivo de erva-mate e outras frutas (Tabela 8).



Tabela 8: Lavouras Permanentes em Lages (2014)

Cultura	Produção (ton)	Área (ha)	Valor da Produção (mil R\$)
Maçã	9.620	370	7.215
Pêssego	130	13	156
Uva	80	10	112
Caqui	165	11	165
Pera	30	3	45
Erva-Mate	72	8	36

Fonte: IBGE, 2022. 1

b) Produção Pecuária

Panorama Geral

A pecuária é uma atividade tradicional em Lages, com destaque para a criação de bovinos de corte. O município tem investido em genética animal e melhoramento de pastagens, tornando-se um polo de venda de gado de alta qualidade. Feiras e exposições atraem empresários do setor, movimentando a economia local.

Rebanho

Dados de 2023 indicam que Lages possui o maior rebanho bovino de Santa Catarina, com 88 mil cabeças, embora tenha havido uma redução de 2,8% em relação ao ano anterior. O município também se destaca na criação de ovinos, equinos e galináceos.

Tabela 9: Rebanho em Lages (2023).

Espécie	Quantidade	Variação (%)
Bovinos	88.000	-2,8
Ovinos	9.890	+0,9
Equinos	5.500	-1,8
Suínos	2.600	+4,0
Galináceos	338.000	+1,8
Codornas	860	+19,4
Caprinos	78	+14,7
Bubalinos	160	-5,9

Fonte: IBGE, 2023.

c) Agroindústrias familiares

O município de Lages possui atualmente 7 agroindústrias registradas junto ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM), abrangendo produtos de origem animal e



vegetal. Essas agroindústrias incluem 1 queijaria, 1 apiário, 1 unidade de beneficiamento de pinhão e 4 unidades de panificação.

O SIM tem como objetivo principal assegurar a qualidade e a segurança dos produtos alimentícios, monitorando as condições de produção e higiene das instalações. Além disso, incentiva a formalização de pequenas empresas, auxiliando-as a sair da clandestinidade e a oferecer produtos seguros aos consumidores.

Para obter o registro no SIM, os estabelecimentos devem protocolar um requerimento na Secretaria de Agricultura do Município, atendendo a toda a documentação exigida. As instalações devem cumprir requisitos mínimos relacionados à construção, equipamentos e práticas de fabricação, conforme estabelecido pelas regulamentações do SIM e pelas Instruções Normativas do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA). O CISAMA, desde fevereiro de 2020, está autorizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a auditar serviços municipais de inspeção sanitária e agroindústrias para venda em todo o território nacional.

Além das agroindústrias supervisionadas pelo SIM, existem empreendimentos em Lages que são inspecionados pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e pelo MAPA, ampliando as oportunidades de comercialização para além dos limites municipal.

d) Extração Vegetal

A produção de pinhão e erva-mate em Lages (SC) e na região da Serra Catarinense desempenha um papel significativo na economia local, especialmente para as famílias que dependem da agricultura familiar e do extrativismo (Tabela 10).

Tabela 10: Extração Vegetal e Silvicultura

Atividade	Produção
Erva Mate	10 t
Pinhão	150t

Fonte: IBGE, 2017 e Moraes, 2023.

2. DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, intrínseco à dignidade da pessoa e indispensável para a realização dos direitos consagrados na



Constituição Federal. Nesse sentido, é responsabilidade do poder público adotar políticas e ações que garantam a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), estabelecido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), é um mecanismo que tem como objetivo assegurar, através da colaboração entre o poder público e a sociedade civil, o direito humano à alimentação adequada. Isso é alcançado por meio da formulação e coordenação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar.

Para a adesão ao SISAN, os estados e municípios devem cumprir os requisitos mínimos delineados pelo Decreto nº 7.272/2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN). Essa política estabelece diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, respeitando as peculiaridades locais, a estrutura presente no nível federal deve ser replicada nos estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a colaboração entre as três esferas governamentais (SISAN, 2013).

No município de Lages, a lei nº 3.856/2012 instituiu o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN Lages) e posteriormente resultou na criação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/Lages). A Prefeitura Municipal de Lages, em conjunto com esses sistemas, está empenhada em desenvolver o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Isso está de acordo com a responsabilidade de garantir a construção da segurança alimentar no município.

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional funcionará como uma ferramenta de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Ele atua como um elemento do SISAN no âmbito municipal, fortalecendo a produção, distribuição e comercialização de alimentos saudáveis para a população. Isso se torna uma estratégia vital na redução da insegurança alimentar, doenças relacionadas a hábitos inadequados e, conseqüentemente, na prevenção e controle desses problemas alimentares e nutricionais.

Considerando o direito de todos a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade e em quantidade suficiente, garantido por lei, o plano busca promover a



educação alimentar e nutricional e proporcionar alimentos saudáveis em setores públicos como educação, assistência social e saúde, bem como em restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Além disso, ele fortalece a agricultura familiar, estabelecendo relações que valorizam e respeitam os agricultores, promovem o consumo sustentável e beneficiam a saúde da população por meio de uma alimentação equilibrada.

2.1 Cenário Nacional

Por meio do decreto nº 7272 de 2010, institui-se a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Brasil, 2010), conforme definido no artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).

A segurança alimentar e nutricional implica na concretização do direito universal ao acesso contínuo e regular a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem prejudicar a capacidade de suprir outras necessidades vitais. Tal realização se fundamenta em práticas alimentares que promovam a saúde, honrem a diversidade cultural e mantenham sustentabilidade social, econômica e ambiental.

A partir desse decreto, estabelece-se um compromisso inequívoco com a segurança alimentar e nutricional, através de políticas e ações que abarcam o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), todos os estados já estabeleceram seus Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, o MDS tem incentivado a criação desses Conselhos em âmbito municipal.

2.2 Cenário Estadual

Em 2011, o estado de Santa Catarina formalizou sua adesão ao SISAN, reafirmando seu compromisso na construção do Plano Estadual de Segurança



Alimentar e Nutricional. Nesse sentido, o Governo do Estado de Santa Catarina trabalhou arduamente para estruturar os três componentes essenciais deste sistema, visando o desenvolvimento do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Esses componentes são: a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, oficializada através do decreto 435 de 15 de agosto de 2011; o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, cujo marco legal é a Lei nº 12.911, de 22 de janeiro de 2004; e como terceiro componente, a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

A elaboração do plano segue diretrizes embasadas na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), assim como em outros elementos constituintes do sistema. Através dessas diretrizes, estabelecem-se os objetivos e metas para a execução do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (2014-2019).

- **Diretriz 1:** *Promover o acesso universal a uma alimentação adequada e saudável, com foco especial nas famílias e indivíduos em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.*

- **Diretriz 2:** *Fomentar o abastecimento e estruturar sistemas descentralizados, baseados em agroecologia e sustentáveis, para a produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.*

- **Diretriz 3:** *Instituir processos contínuos de Educação Alimentar e Nutricional, pesquisa e formação nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.*

- **Diretriz 4:** *Promover, universalizar e coordenar ações de Segurança Alimentar e Nutricional destinadas a quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, conforme o Decreto nº 6.040/2007.*

- **Diretriz 5:** *Reforçar as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de cuidados de saúde, em coordenação com outras iniciativas de Segurança Alimentar e Nutricional.*



- **Diretriz 6:** *Facilitar o acesso universal a água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos provenientes da Agricultura Familiar, Pesca e Aquicultura.*

- **Diretriz 7:** *Monitorar e avaliar o progresso na concretização do direito humano à alimentação adequada e saudável.*

- **Diretriz 8:** *Consolidar o SISAN em Santa Catarina.*

Através da adesão ao SISAN e da implementação das diretrizes estabelecidas, Santa Catarina demonstra seu comprometimento em fortalecer a segurança alimentar e nutricional, promovendo a saúde e o bem-estar da população.

2.3 Cenário Municipal

O primeiro Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA foi instituído no município de Lages através da Lei Complementar nº 198 de 25 de setembro de 2003, com o objetivo de contribuir para a concretização do direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação e à segurança alimentar nutricional.

O CONSEA era composto por 26 membros titulares, sendo que $\frac{1}{3}$ era representado por membros indicados pelo governo municipal e $\frac{2}{3}$ indicados pela sociedade civil. O CONSEA era presidido por membro da sociedade civil e secretariado pela então Secretaria de Promoção Social e Cidadania.

Nos anos de 2010 e 2011 o município de Lages obteve a aprovação dos projetos para a construção e equipagem da Cozinha Comunitária e do Banco de Alimentos, cujo início das atividades ocorreram no ano de 2014, após a finalização da construção do espaço físico e aquisição de equipamentos.



A Cozinha Comunitária Rolde Romeu Rosar foi construída no Bairro Vila Esperança, em prédio cedido através de Termo de Cessão de Uso por 20 (vinte) anos, pelo Centro Espírita Operário da Caridade, onde funciona até a presente data.

O Banco de Alimentos foi construído inicialmente junto ao Mercado Público Municipal, tendo sido transferido no ano de 2021 para o Bairro Conta Dinheiro, em área física cedida pelo Centro de Educação André Luiz.

No ano de 2012, por articulação do CONSEA e da Secretaria Municipal de Assistência Social, o município instituiu o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN Lages, através da Lei 3856, de 04 de junho de 2012 (LAGES, 2012)

Na mesma data, por meio do Decreto nº 12.658, de 04 de junho de 2012, foi instituída a primeira Câmara de Gestão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN LAGES (LAGES, 2012)

Em 2015 os equipamentos, programas e projetos de segurança alimentar, assim como a padaria, foram centralizados sob uma única direção dentro da Secretaria Municipal de Assistência Social, porém, ainda em caráter informal.

No ano de 2017, a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN) foi oficialmente criada na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer e articular as políticas públicas voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada no município de Lages.

Neste contexto, destaca-se a necessidade da criação do Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instrumento essencial para a viabilização financeira e execução das ações previstas no Plano Municipal de SAN. A finalidade do Fundo é assegurar fontes de recursos específicas para o desenvolvimento de programas, projetos e serviços voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional, com foco na redução das desigualdades sociais, combate à fome, incentivo à agricultura familiar e promoção de hábitos alimentares saudáveis. Sua implementação permitirá maior autonomia orçamentária, agilidade na execução das



ações e maior efetividade nas políticas públicas voltadas às populações em situação de vulnerabilidade.

3. SAN – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social, como política pública integrante da Seguridade Social brasileira, encontra-se fundamentada nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, art. 203 e 204). Nesses dispositivos, é assegurada como direito de todo cidadão que dela necessitar, independentemente de contribuição prévia, caracterizando-se como uma proteção social não contributiva voltada à garantia de mínimos sociais.

A regulamentação dessa política se deu com a promulgação da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) –, que instituiu um modelo de gestão descentralizado e participativo (BRASIL, 1993). Esse modelo é operado por meio da articulação entre os entes federativos, os Conselhos de Assistência Social e as entidades e organizações da sociedade civil (OSC), consolidando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como o principal arranjo institucional da política de assistência social.

Com a promulgação da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, o SUAS foi formalmente incorporado à LOAS, reafirmando sua estruturação como um sistema público, descentralizado e participativo, voltado à organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2011).

A LOAS estabelece, ainda, as competências específicas dos entes federativos (arts. 12 a 15) e define diretrizes para a implementação do SUAS (arts. 5º, 6º, 8º, 10, 11, 16 e 30), com destaque para o artigo 11, que determina a articulação entre as três esferas de governo na execução das ações socioassistenciais (BRASIL, 2011). A coordenação e definição das normas gerais cabem à União, enquanto estados, Distrito Federal e municípios são responsáveis pela gestão e execução dos serviços em seus respectivos territórios.

Esse arcabouço legal e institucional é fundamental para a implementação de políticas públicas intersetoriais, como a de Segurança Alimentar e Nutricional, que, ao



dialogar com a Assistência Social, potencializa a proteção social e a promoção da cidadania das populações em situação de vulnerabilidade.

A assistência social atua de forma complementar às demais políticas públicas, assegurando às famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar o acesso a benefícios, serviços e programas que visam garantir o direito humano à alimentação adequada (DHAA). Abaixo é apresentado um panorama geral de famílias cadastradas e/ou acompanhadas pelos serviços socioassistenciais e Benefício de Prestação Continuada - BPC (Tabela 11).

Tabela 11: Famílias cadastradas e/ou acompanhadas pelos serviços socioassistenciais e Benefício de Prestação Continuada

SERVIÇO	FAMÍLIAS CADASTRADAS	BPC	PAIF	PAEFI	PESSOAS CADASTRADAS	DEMANDA REPRIMIDA
CRAS I	5473	635	111	-	-	-
CRAS II	5878	466	207	-	-	-
CRAS III	3784	252	125	-	-	-
CRAS IV	4631	383	194	-	-	-
CRAS V	2643	167	93	-	-	-
CRAS VI	4618	510	104	-	-	-
CRAS VII	4650	483	83	-	-	-
CRAS VIII	2952	355	73	-	-	-
ERPSB	2803	135	9	-	-	-
CREAS I	-	-	-	104	-	0
CREAS II	-	-	-	158	-	18
CREAS III	-	-	-	168	-	80
CDI	-	-	-	24	-	0
CENTRO POP	-	-	-	-	74	-
ACOLHIMENT O POP	-	-	-	-	45	-
SAICA I	-	-	-	-	13	-
SAICA II	-	-	-	-	20	-

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, BPC – Benefício de Prestação Continuada, PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família e PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. SAICA - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, CDI – Centro dia do idoso.

Fonte: Vigilância Socioassistencial – SMS, 2025.

A tabela 12 quantifica o número de atendimentos a pessoas em situação de rua, e evidencia a evolução do número de atendimentos a pessoas em situação de rua nos anos de 2023, 2024 e nos primeiros meses de 2025. O total de atendimentos em 2023 foi de 5.401, caindo para 4.935 em 2024, e chegando a 1.094 até abril de 2025.



Tabela 12: Pessoas em situação de rua nos anos de 2023, 2024 e 2025 (Jan. a Abril).

MÊS	2023	2024	2025
JANEIRO	399	439	322
FEVEREIRO	458	426	304
MARÇO	544	405	253
ABRIL	480	466	215
MAIO	524	468	
JUNHO	442	416	
JULHO	463	428	
AGOSTO	455	381	
SETEMBRO	437	389	
OUTUBRO	416	399	
NOVEMBRO	398	385	
DEZEMBRO	385	333	
TOTAL	5.401	4.935	1.094

Fonte: Vigilância Socioassistencial – SMS, 2025.

Ao analisar os dados mês a mês, não se observa uma tendência clara de aumento ou queda associada a fatores sazonais. Os atendimentos permanecem relativamente elevados ao longo de todos os meses de 2023 e 2024, com variações que não indicam relação direta com clima ou períodos específicos do ano. Isso reforça que a demanda por atendimento não é circunstancial ou episódica, mas sim contínua e estrutural.

A redução expressiva em 2025 (menos de 21% do total anual de 2024 nos primeiros quatro meses) merece atenção especial. Tal queda pode refletir diferentes cenários, tais como:

- Redução real da população em situação de rua;
- Melhoria na oferta de políticas públicas de acolhimento e reinserção;
- Alterações nos fluxos de registro e atendimento, o que pode indicar subnotificação ou mudança nos critérios operacionais dos serviços;
- Fatores administrativos, como redução na capacidade de atendimento, mudanças contratuais ou reestruturação de equipes.



É importante destacar que sem cruzamento com outros indicadores sociais e operacionais, não é possível afirmar que essa redução representa, de fato, uma melhoria na condição de vida dessa população.

A tabela 13 identifica as principais vulnerabilidades das famílias cadastradas no sistema.

Tabela 13: Principais vulnerabilidades identificadas em 2023, 2024 e 2025 (de janeiro a abril)

Principais vulnerabilidades	2023	2024	jan. a abr./2025
Abandono	29	42	14
Abuso/Violência Sexual	22	30	11
Condição Análoga à Escravidão	0	0	0
Discriminação étnico-racial	0	0	0
Exploração Sexual	2	0	1
Violência/Violação Outro	97	75	12
Mendicância	2	1	0
Negligência contra criança ou Adolescente	185	178	50
Negligência contra idoso	95	72	22
Negligência contra PCD	27	29	17
Orientação Sexual/Violência	0	0	0
Rompimento de vínculos	0	29	20
Situação de Risco	0	94	51
Situação de trânsito	0	0	0
Trabalho Infantil	11	14	2
Tráfico de Pessoas	0	0	0
Trajetória de Rua	3	16	3
Vacina atrasada mais de 30 dias	0	1	3
Violência Física	50	61	21
Violência Moral	15	16	3



Violência Patrimonial	42	37	14
Violência Psicológica	111	136	41

Fonte: Vigilância Socioassistencial – SMS, 2025.

A análise das principais vulnerabilidades sociais registradas no município entre 2023 e o primeiro quadrimestre de 2025 evidencia a persistência de situações de negligência, violência e risco social que impactam diretamente a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da população.

As ocorrências mais recorrentes referem-se à negligência contra crianças e adolescentes, com 185 casos em 2023, 178 em 2024 e 50 já registrados até abril de 2025. Também merecem destaque os registros de violência psicológica, que cresceram de 111 (2023) para 136 (2024), mantendo-se elevados em 2025 (41 casos no primeiro quadrimestre). Situações de violência física (50 em 2023 e 61 em 2024), abandono (com crescimento de 29 para 42 casos), e rompimento de vínculos familiares (29 em 2024 e 20 em 2025) também são expressivas.

Verifica-se ainda um aumento significativo das ocorrências categorizadas como situação de risco, que não haviam sido registradas em 2023, mas somaram 94 casos em 2024 e 51 até abril de 2025. A violência patrimonial e a violência moral também se mantêm presentes, assim como episódios de trabalho infantil e trajetória de rua, ainda que em menor número.

Não foram registrados casos de condição análoga à escravidão, discriminação étnico-racial, violência por orientação sexual, situação de trânsito ou tráfico de pessoas no período analisado.

Esses dados apontam para a necessidade de fortalecer políticas públicas intersetoriais que integrem ações de proteção social, acesso à alimentação adequada e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente com foco em crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a rede de proteção social do município de Lages desempenha um papel essencial, estruturando-se por meio das diretorias vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, organizadas conforme os níveis de complexidade previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essa organização permite uma atuação coordenada e eficaz diante das diversas expressões da vulnerabilidade social, inclusive aquelas relacionadas à insegurança alimentar e nutricional.



Indicadores para Avaliação, monitoramento e identificação de áreas que necessitam de melhorias:

3.1. Diretoria de Proteção Social Básica

Responsável pela promoção de ações preventivas e pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, esta diretoria opera oito (8) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), distribuídos estrategicamente pelo território municipal. Os CRAS realizam atendimentos individuais e coletivos com famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de ações sócioassistenciais que buscam promover o acesso a direitos e o enfrentamento das situações de risco social.

Complementarmente, a diretoria conta com uma Equipe de Referência situada na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, voltada ao atendimento de famílias residentes em áreas não cobertas pelos CRAS, especialmente na região central da cidade. Essa equipe garante o acesso a serviços, benefícios e encaminhamentos socioassistenciais para as populações que não possuem cobertura direta de uma unidade de CRAS, assegurando a abrangência da proteção social básica em todo o território municipal.

Fazem parte, ainda, da estrutura da diretoria:

- a) o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), porta de entrada para o acesso a diversos benefícios socioassistenciais, como o Programa Bolsa Família, tarifa social de energia elétrica, entre outros;
- b) o atendimento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- c) a atuação de Educadores Físicos, que desenvolvem ações de promoção da saúde e bem-estar;
- d) e o funcionamento do Centro de Convivência do Idoso (CCI), equipamento que oferece atividades voltadas ao envelhecimento ativo, à convivência social e à inclusão comunitária da pessoa idosa.

Na tabela 14 pode-se observar o número de pessoas e famílias inscritas no CadÚnico em Lages. Percebe-se que Lages, o município polo da Serra Catarinense, conta atualmente com 171.609 habitantes. Dentro desse



universo, os dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) evidenciam um número expressivo de pessoas em situação de vulnerabilidade social: 55.978 pessoas estão inscritas no CadÚnico, o que representa aproximadamente 32,6% da população total do município.

Das famílias cadastradas, 9.554 recebem o benefício do Programa Bolsa Família, um número significativo que revela o papel desse programa como uma das principais ferramentas de enfrentamento à pobreza no município.

Além disso, os dados indicam que a concentração da extrema pobreza na área urbana evidencia desafios específicos para a política pública municipal, especialmente em regiões periféricas, onde o acesso à alimentação adequada pode estar mais comprometido.

Tabela 14. Número de pessoas e famílias inscritas no CadÚnico.

Nº de pessoas inscritas no CadÚnico	Número de famílias beneficiárias PBF	População rural em Extrema Pobreza (famílias)	População em extrema pobreza Urbana (famílias)
55.978	9.554	179	8.244

Fonte: CadÚnico, março 2025.

3.2. Diretoria de Proteção Social de Média Complexidade

Voltada ao atendimento de situações de violação de direitos que exigem intervenções especializadas, essa diretoria é composta por três (3) Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e um (1) Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CENTRO POP). O CENTRO POP oferece atendimento diurno e realiza o serviço de abordagem social, essencial para o acolhimento, escuta e encaminhamento qualificado da população em situação de rua.

Dentre os CREAS, somente o CREAS 1 realiza o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. Esse atendimento é fundamental para a responsabilização e reintegração social dos adolescentes, com acompanhamento psicossocial e articulação intersetorial.



O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), também sob responsabilidade dessa diretoria, atua na organização de ações preventivas e intersetoriais voltadas ao combate ao trabalho infantil. Os atendimentos de crianças e adolescentes em situação de trabalho são realizados pelas equipes dos CREAS, que asseguram o acompanhamento e o acesso aos serviços da rede.

A diretoria também gere um (1) Centro Dia do Idoso, equipamento que oferece acolhimento diurno a pessoas idosas com algum grau de dependência, promovendo o cuidado, a convivência e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

3.3. Diretoria de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Essa diretoria atende indivíduos e famílias em situação de ruptura total ou temporária dos vínculos familiares e comunitários, por meio dos serviços de acolhimento institucional. Em Lages, essa proteção é garantida pelo Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), pelo Acolhimento POP e pelo Albergue POP. Esses serviços oferecem abrigo, alimentação, proteção integral e acompanhamento psicossocial, com vistas à reintegração familiar e social dos usuários.

A articulação entre essas diretorias fortalece a capacidade do município de Lages de desenvolver e implementar ações integradas de Segurança Alimentar e Nutricional, promovendo o acesso à alimentação adequada como parte do conjunto de direitos garantidos pela política pública de assistência social.

3.4. Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DSAN)

A Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional integra a estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social e tem como atribuição central a coordenação das ações, programas e serviços voltados à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no município de Lages. A DSAN responde diretamente à gestão municipal por meio da Secretaria de Assistência Social e atua de forma articulada com as demais diretorias e coordenações da pasta.

A diretoria tem como responsabilidade técnica e administrativa a gestão das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, incluindo a elaboração de projetos, a interlocução com instituições parceiras e o cadastramento de programas



como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também é atribuição da DSAN o recebimento e encaminhamento de ofícios e demandas relacionadas aos serviços sob sua gestão.

3.4.1. Estrutura e Funcionamento

A DSAN é composta por um diretor, um coordenador técnico, e um agente administrativo. Os equipamentos, programas e projetos ligados a DSAN são: Banco de Alimentos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Padaria Municipal, Cozinha Comunitária, Oficinas de Manipulação e Preparo de Alimentos e Programa Mesa Brasil (SESC).

3.4.2. Composição da Equipe que constitui os equipamentos acima descritos (cargos e funções):

- 1. Diretor(a):** Responsável pela coordenação geral das atividades da diretoria, representação institucional e articulação com a gestão municipal e demais setores.
- 2. Coordenador(a) Técnico(a) - Assistente Social:** Atua no planejamento, execução e acompanhamento dos projetos e programas da DSAN, além de prestar suporte técnico à equipe e supervisionar as atividades dos serviços.
- 3. Assistentes Sociais:** Atualmente, três profissionais compõem a equipe e estão alocados na diretoria, no Banco de Alimentos e na Cozinha Comunitária. São responsáveis pela articulação intersetorial, acompanhamento das ações e mediação de situações de vulnerabilidade e risco social.
- 4. Nutricionistas:** Profissionais que coordenam tecnicamente os equipamentos de segurança alimentar, elaboram cardápios, orientam sobre boas práticas de manipulação de alimentos e atuam na integração entre a assistência social e a saúde alimentar da população.
- 5. Colaboradores Operacionais:** A equipe é composta por 23 profissionais, incluindo cozinheiros, padeiros, motoristas, auxiliares administrativos e de serviços gerais, que garantem o funcionamento diário dos equipamentos.

3.4.3. Descrição detalhada dos equipamentos de Segurança Alimentar da Assistência Social



3.4.3.1. Banco de Alimentos

A) O que são?

Os Bancos de Alimentos são iniciativas estratégicas voltadas ao abastecimento e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com o objetivo de combater a fome e a insegurança alimentar por meio da arrecadação e redistribuição de alimentos que, embora fora dos padrões de comercialização, ainda apresentam plenas condições de consumo. Em Lages o Banco de Alimentos foi instituído através da Lei Complementar 375 de 2011.

No município de Lages/SC, o Banco de Alimentos está localizado na Avenida Luís de Camões, nº 2195, bairro Conta Dinheiro. O serviço é coordenado por uma nutricionista e conta com uma equipe composta por assistente social, auxiliar administrativo e profissionais de serviços gerais.

O equipamento atua em articulação com diversas unidades de produção, distribuição, comercialização, armazenamento e processamento de gêneros alimentícios. Recebe doações de alimentos que, por motivos logísticos ou estéticos, seriam descartados, mas que mantêm suas propriedades nutricionais e não apresentam riscos sanitários ao consumo humano.

Após o recebimento, os alimentos passam por triagem, seleção e embalagem, sendo posteriormente distribuídos gratuitamente às entidades da rede de proteção e promoção social. Essa distribuição pode ocorrer por meio do repasse direto a famílias, ou como complemento das refeições servidas por instituições e outros equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

B) Formas de acesso

Os usuários podem ser beneficiados pelo Banco de Alimentos por meio de duas modalidades:

- a) Participação em oficinas realizadas no equipamento;
- b) Recebimento indireto de alimentos, distribuídos às unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), associações de moradores e organizações da sociedade civil.



C) Procedimentos para cadastramento de entidades para o recebimento de alimentos

As entidades interessadas em receber alimentos para redistribuição devem apresentar a seguinte documentação, conforme o Art. 5º, §2º da Resolução nº 81, de 9 de abril de 2018, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que regula a destinação de alimentos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

- a) RG e CPF do responsável pela instituição;
- b) Comprovante de endereço (preferencialmente da sede da entidade);
- c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) – obrigatório;
- d) Ata de constituição e de eleição da atual diretoria (ata de posse);
- e) Estatuto Social.

Além disso, para fins de prestação de contas, a entidade deverá encaminhar à gestão do Banco de Alimentos a lista de usuários atendidos com os gêneros recebidos, conforme contrato firmado com a CONAB.

A Resolução nº 003/CONSEA LAGES/2018 define a ordem de prioridade para a distribuição dos alimentos:

1. Organizações de Alta Complexidade (casas de acolhimento de longa permanência);
2. Organizações de Média Complexidade (Organizações da Sociedade Civil – OSCs);
3. Organizações que oferecem sopas ou refeições à população em situação de vulnerabilidade;
4. Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
5. Associações de Moradores.

O Banco de Alimentos conta com estrutura adequada para a realização de cursos e oficinas práticas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Essas atividades são direcionadas a usuários da política de assistência social, trabalhadores da rede socioassistencial e agricultores familiares.

Ressalta-se a importância da manutenção de parcerias e articulações intersetoriais para a realização dessas ações educativas, fortalecendo o caráter formativo e emancipatório do equipamento, indo além da oferta emergencial de alimentos.



Tabela 15: Número de entidades, associações de bairros, equipamentos da Assistência Social e quantidade de alimentos entregues através do Banco de Alimentos.

EQUIPAMENTOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2023	2024	2025
Acolhimento POP	Acolhimento POP	Acolhimento POP
Albergue POP	Albergue POP	Albergue POP
Casa de Apoio a Mulher Vítima de Violência	Casa de Apoio a Mulher Vítima de Violência	Casa de Apoio a Mulher Vítima de Violência
Centro POP	Centro de Convivência do Idoso - CCI	Centro de Convivência do Idoso - CCI
Cozinha Comunitária	Centro Dia do Idoso - CDI	Centro Dia do Idoso - CDI
CRAS I	Centro POP	Centro POP
CRAS II	Cozinha Comunitária	Cozinha Comunitária
CRAS III	CRAS I	CRAS I
CRAS IV	CRAS II	CRAS II
CRAS V	CRAS III	CRAS III
CRAS VI	CRAS IV	CRAS IV
CRAS VII	CRAS V	CRAS V
CRAS VIII	CRAS VI	CRAS VI
CREAS I	CRAS VII	CRAS VII
CREAS II	CRAS VIII	CRAS VIII
CREAS III	CREAS I	CREAS I
Padaria Municipal	CREAS II	CREAS II
SAICA I	CREAS III	CREAS III
SAICA II	SAICA I	SAICA I
	SAICA II	SAICA II
TOTAL DE EQUIPAMENTOS 2023: 19	TOTAL DE EQUIPAMENTOS 2024: 20	TOTAL DE EQUIPAMENTOS 2025: 20
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LAGES		
2023	2024	2025
Associação do Bairro Araucária	Associação de Moradores do bairro Araucária	Associação de Moradores da Localidade de Santa Terezinha do Salto Caveiras
Associação do Bairro Bela Vista Promorar	Associação de Moradores do bairro Bela Vista e Promorar	Associação de Moradores do bairro Araucária
Associação do Bairro Bom Jesus	Associação de Moradores do bairro Caça e Tiro	Associação de Moradores do bairro Bela Vista e Promorar
Associação do Bairro Caça e tiro	Associação de Moradores do bairro Caroba	Associação de Moradores do bairro Caça e Tiro
Associação do Bairro Caravágio	Associação de Moradores do bairro Copacabana	Associação de Moradores do bairro Caroba
Associação do Bairro Caroba	Associação de Moradores do bairro Dom Daniel	Associação de Moradores do bairro Copacabana
Associação do Bairro Dom Daniel	Associação de Moradores do bairro Gethal	Associação de Moradores do bairro Dom Daniel



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Associação do Bairro Ferrovia	Associação de Moradores do bairro Guarujá	Associação de Moradores do bairro Gethal
Associação do Bairro Frei Rogério	Associação de Moradores do bairro Jardim Panorâmico	Associação de Moradores do bairro Guarujá
Associação do Bairro Guarujá	Associação de Moradores do bairro Morro do Posto	Associação de Moradores do bairro Jardim Panorâmico
Associação do Bairro Índios	Associação de Moradores do bairro Penha	Associação de Moradores do bairro Morro do Posto
Associação do Bairro Jardim Celina	Associação de Moradores do bairro Pisani	Associação de Moradores do bairro Penha
Associação do Bairro Jardim Maria Angélica	Associação de Moradores do bairro Popular	Associação de Moradores do bairro Pisani
Associação do Bairro Jardim Panorâmico	Associação de Moradores do bairro Santa Helena	Associação de Moradores do bairro Popular
Associação do Bairro Jardim Vista Alegre	Associação de Moradores do bairro Santa Mônica	Associação de Moradores do bairro Santa Helena
Associação do Bairro Localidade de Potreiros	Associação de Moradores do bairro São Francisco	Associação de Moradores do bairro Santa Mônica
Associação do Bairro Localidade Macacos	Associação de Moradores do bairro São Pedro	Associação de Moradores do bairro São Francisco
Associação do Bairro Loteamento Gralha Azul	Associação de Moradores do bairro Triangulo	Associação de Moradores do bairro São Pedro
Associação do Bairro Loteamento Nadir	Associação de Moradores do bairro Tributo	Associação de Moradores do bairro Triangulo
Associação do Bairro Morro do Posto	Associação de Moradores do bairro Varzea	Associação de Moradores do bairro Tributo
Associação do Bairro Morro Grande	Associação de Moradores do bairro Vila Maria	Associação de Moradores do bairro Varzea
Associação do Bairro Novo Milênio	Associação de Moradores do bairro Vista Alegre	Associação de Moradores do bairro Vila Maria
Associação do Bairro Penha	Associação de Moradores Loteamento Vila Esperança	Associação de Moradores do bairro Vista Alegre
Associação do Bairro Pisani e Cruzada Espírita	Associação de moradores Nadir	Associação de Moradores Loteamento Vila Esperança
Associação do Bairro Popular	Associação de Moradores Universitário	Associação de moradores Nadir
Associação do Bairro Rancho de Tábua		Associação de Moradores Universitário
Associação do Bairro Salto do Caveiras		
Associação do Bairro Santa Clara		
Associação do Bairro Santa Helena		
Associação do Bairro Santa Maria		
Associação do Bairro Santa Mônica		
Associação do Bairro Santa Rita		
Associação do Bairro São Pedro		
Associação do Bairro Triângulo		



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Associação do Bairro Tributo		
Associação do Bairro Várzea		
Associação do Bairro Vila Esperança		
Associação do Bairro Vila Maria		
União das Associações de Moradores de Lages		
TOTAL DE ASSOCIAÇÕES 2023: 39	TOTAL DE ASSOCIAÇÕES 2024: 25	TOTAL DE ASSOCIAÇÕES 2025: 26
ENTIDADES		
2023	2024	2025
Asilo Lar Menino Deus	Conferência Vicentina de Lages - Asilo Vicentino	Conferência Vicentina de Lages - Asilo Vicentino
Asilo Vicentino	Lar Menino Deus	Lar Menino Deus
Asilo Lar dos Idosos – SASEADLA	Lar Bela Vista - SASEADLA	Lar Bela Vista - SASEADLA
Hospital Infantil Seara do Bem	Hospital Nossa Senhora dos Prazeres	Hospital Nossa Senhora dos Prazeres
Hospital Nossa Senhora dos Prazeres	Hospital Infantil Seara do Bem	Hospital Infantil Seara do Bem
ADEVIP – Associação dos Deficientes Visuais	APAE	APAE
ALAM – Associação Lageana de Apoio aos Menores	APAS	APAS
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	ADEVIPS	ADEVIPS
APAS – Associação de Pais e Amigos dos Surdos	ALAM	ALAM
ASDEF – Associação dos Deficientes Físicos	ASDF	ASDF
ACASEF – Associação Catarinense de Apoio Educacional	CRENSA	CRENSA
Casa de Apoio Colibri	Casa de Apoio Colibri	Casa de Apoio Colibri
Casa de Apoio Maria Tereza	Associação Bom Samaritano	Associação Bom Samaritano
Cooperlages – Cooperativa de Catadores de Lages	Casa de Apoio Filho Amado	Casa de Apoio Filho Amado
CRENSA Comunidade Terapêutica	Cidade do Novo Amanhã	Cidade do Novo Amanhã
Irmandade Nossa Senhora das Graças	Irmandade Nossa Senhora das Graças	Irmandade Nossa Senhora das Graças
MAP Amando os Perdidos	IDC	Sopão Guarujá
Casa de Apoio aos Dependentes Químicos Filho Amado	Sopão Guarujá	Sopão Santa Clara
IDC – Dorvalino Comandori	Sopão Santa Clara	Associação São Francisco de Assis
Associação São Francisco de Assis	Associação São Francisco de Assis	Cáritas Lourival Bet
Associação Bom Samaritano	Cáritas Lourival Bet	ACASEF
Cruzada Espírita – Sopão Santa Clara	ACASEF	Comunidade Católica Nossa Senhora de Lourdes



Associação Clube de Mães Nadir	Comunidade Católica Nossa Senhora de Lourdes	Centro de Educação André Luiz
Congregação Franciscanas	Irmãs	Centro de Educação André Luiz
		Casa de Apoio Maria Tereza
		Equipe de Referência
		CEIM Bairro Jardim Celina
		Instituto Coração Verde
		Instituto de Acolhimento Dinda Ana
TOTAL DE ENTIDADES 2023: 24	TOTAL DE ENTIDADES 2024: 26	TOTAL DE ENTIDADES 2025: 27

Fonte: Banco de Alimentos, 2025.

3.4.3.2. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma estratégia fundamental para promover a segurança alimentar e nutricional no município de Lages/SC. O programa tem como principais objetivos fortalecer a agricultura familiar, gerar emprego e renda no campo, dinamizar a economia local e, ao mesmo tempo, garantir o acesso regular e de qualidade a alimentos para a população em situação de vulnerabilidade social.

O PAA pode ser executado diretamente pelos estados e municípios com recursos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), ou por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com recursos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os alimentos são adquiridos a preços justos, compatíveis com os valores praticados nos mercados regionais, respeitando a sazonalidade e a diversidade da produção local.

A) Formas de acesso

A aquisição é feita diretamente de agricultores familiares, sem necessidade de licitação, o que favorece o escoamento da produção local e amplia a inclusão produtiva. Os alimentos são repassados, por meio do Banco de Alimentos, a entidades da rede socioassistencial e equipamentos públicos que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Entre os beneficiários estão os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Centro-Dia (CDI), Centros de Convivência de Idosos (CCI), Centro POP, Serviços de Acolhimento



(SAICA, Acolhimento POP, Albergue Noturno), Organizações da Sociedade Civil, Associações de Moradores e hospitais, entre outros.

As diretrizes para a destinação dos alimentos foram definidas em plenária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), por meio de resoluções. A operacionalização da entrega é responsabilidade do Banco de Alimentos, em articulação com os demais parceiros da rede local.

B) Controle Social

A transparência e o controle social são garantidos por meio da atuação da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional, que realiza a prestação de contas das atividades do PAA ao CONSEA, à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família e à Conab. Essa articulação fortalece a governança local e assegura a eficiência e a efetividade das ações voltadas à promoção do direito humano à alimentação adequada.

3.4.3.3. Padaria Municipal de Lages/SC

A Padaria Municipal é um equipamento público estratégico no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Lages/SC. Vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, a padaria contribui diretamente para a garantia do direito humano à alimentação adequada, ao produzir alimentos que atendem a usuários da rede socioassistencial e de organizações da sociedade civil parceiras.

Localizada provisoriamente na Avenida Luís de Camões, nº 2195, no bairro Conta Dinheiro, a padaria tem como principal função o preparo diário de pães e lanches destinados aos diversos serviços e equipamentos da Assistência Social, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Convivência, Serviços de Acolhimento, entre outros. Além disso, apoia a alimentação de grupos organizados e usuários atendidos por programas sociais municipais.

A equipe de trabalho é composta por um coordenador, padeiro, cozinheiras e auxiliar de serviços gerais, garantindo o funcionamento regular e a qualidade dos alimentos produzidos.

A) Produção e Capacidade Operacional



Atualmente, a Padaria Municipal produz, em média, 3.600 pães por semana, além de outros itens alimentares de acordo com a demanda dos serviços. Essa produção contribui para o fortalecimento da rede de apoio alimentar, assegurando a oferta regular de alimentos preparados, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social.

B) Formas de acesso e público-alvo

A distribuição dos produtos da padaria é destinada exclusivamente aos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social que atua no atendimento à população em situação de risco e insegurança alimentar.

Os critérios e fluxos de acesso são definidos pela gestão da política de Assistência Social, em articulação com a Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo equidade na distribuição e efetividade na ação.

C) Contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional

A Padaria Municipal integra a rede de equipamentos públicos voltados à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no município. Seu papel vai além da produção de alimentos, sendo também um ponto de articulação de políticas públicas que visam o combate à fome, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a promoção da dignidade dos usuários da política de Assistência Social.

3.4.3.4. Cozinha Comunitária

No município de Lages/SC, a Cozinha Comunitária do bairro Guarujá configura-se como um equipamento público essencial para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), integrando a estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Localizada na Rua Padre Ludovico Kuck, essa unidade desempenha papel estratégico no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar, especialmente entre os segmentos populacionais em situação de maior vulnerabilidade social.

O serviço é coordenado por uma nutricionista, que elabora cardápios balanceados e adequados às necessidades nutricionais dos usuários. A equipe conta



com cozinheiras, auxiliares de serviços gerais, assistente social e auxiliar administrativo, garantindo a qualidade e a organização do atendimento.

A Cozinha Comunitária produz atualmente, em média, 290 refeições diárias, entre almoço e sopa, totalizando aproximadamente 5.900 a 6.000 refeições por mês. Essas refeições são destinadas tanto ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) quanto a famílias cadastradas no serviço, oferecendo uma alimentação saudável, equilibrada e adequada às necessidades nutricionais dos beneficiários.

Funcionando no mínimo cinco dias por semana, a Cozinha Comunitária atende diretamente a comunidade em situação de vulnerabilidade social, estando estrategicamente localizada próxima aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros equipamentos da rede socioassistencial do município, facilitando o acesso e o acompanhamento dos usuários. Além de assegurar o direito humano à alimentação adequada, a Cozinha Comunitária tem papel fundamental na promoção da inclusão social produtiva, fortalecimento de vínculos comunitários e valorização da identidade local. Realiza também ações educativas voltadas à promoção de hábitos alimentares saudáveis, por meio de atividades de educação alimentar e nutricional.

O equipamento representa um espaço de cidadania, solidariedade e construção coletiva de estratégias para a superação da pobreza e da desigualdade social. A triagem e o cadastramento das famílias beneficiárias são realizados pela assistente social, por meio do sistema informatizado Pitfall da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), que permite o registro detalhado das refeições entregues, visitas domiciliares e encaminhamentos realizados, garantindo o acompanhamento integral dos usuários. O assistente social também identifica o perfil das famílias para o benefício e realiza visitas domiciliares para acompanhamento e suporte contínuo.

A Cozinha Comunitária atende diariamente também pessoas em situação emergencial, que necessitam do alimento naquele momento. Após o atendimento inicial, são realizados os encaminhamentos para cadastramento e avaliação, priorizando o atendimento às necessidades alimentares imediatas das pessoas em vulnerabilidade.

Como complemento das atividades, a Cozinha Comunitária conta com uma horta comunitária, cultivada por beneficiários voluntários e profissionais. A horta fornece temperos frescos para o preparo das refeições, além de permitir que os



beneficiários colham alimentos para uso doméstico, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e o fortalecimento da autonomia alimentar.

A) Formas de acesso

- Encaminhamento através dos CRAS pelos Programas de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) ou através dos CREAS, pelo Programa de Atendimento Especializado à Família e Indivíduo (PAEFI) dos territórios de abrangência.
- Demanda espontânea, com atendimento emergencial e posterior avaliação.

B) Público-alvo

Crianças, adolescentes, adultos e idosos, incluindo pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e famílias com renda considerada insuficiente.

C) Capacidade de atendimento

Produção média de 290 refeições diárias (almoço e sopa), garantindo o atendimento regular às necessidades nutricionais da população atendida (Tabela 16).

Tabela 16: Número de refeições concedidas pela cozinha comunitária em 2023, 2024 e 2025 (de janeiro a abril)

REFEIÇÃO	2023	2024	2025
ALMOÇO	33465	46981	15503
SOPA/JANTA	17922	18884	1983

Fonte: Vigilância Socioassistencial – SMS, 2025.

Abaixo segue a quantidade de atendimentos prestados na cozinha comunitária (Tabela 17).

Tabela 17: Atendimentos para os usuários da Cozinha Comunitário anos 2023, 2024 e 2025.

MÊS	2023	2024	2025
JANEIRO	29	2095	1627
FEVEREIRO	1384	2197	1923
MARÇO	2214	2098	1912
ABRIL	1849	2318	1707
MAIO	2261	2231	
JUNHO	2076	2265	
JULHO	2240	2879	
AGOSTO	2309	2253	
SETEMBRO	2135	2415	
OUTUBRO	2219	2521	



NOVEMBRO	2106	2269	
DEZEMBRO	1614	1753	
TOTAL	22436	27294	7169

Fonte: Vigilância Socioassistencial – SMS, 2025.

3.4.3.5. Outros benefícios prestados à população em Vulnerabilidade Social Quantitativo de Benefícios Eventuais Concedidos (Cesta Básica)

Abaixo (Tabela 18) estão apresentados os dados referentes à concessão de benefícios eventuais na modalidade de auxílio alimentação (cestas básicas), realizados pelos serviços socioassistenciais do município de Lages/SC:

Tabela 18: Número de cestas básicas concedidas nos anos de 2023, 2024 e 2025.

Serviço	2023	2024	Jan. a Abr./2025	Total (2023–2025)
CRAS I	1.369	974	264	2.607
CRAS II	1.021	1.198	308	2.527
CRAS III	692	700	215	1.607
CRAS IV	498	571	154	1.223
CRAS V	838	756	233	1.827
CRAS VI	1.069	1.164	316	2.549
CRAS VII	22	581	166	1.669
CRAS VIII	38	663	178	1.509
Equipe de Referência	3	194	55	345
CREAS I	27	258	74	559
CREAS II	587	562	147	1.296
CREAS III	575	606	176	1.357
CREAS II	587	562	147	1.296
CREAS III	575	606	176	1.357
CDI	40	39	24	103
Abordagem Social	9	10	6	25
Centro Pop	7	0	0	7



Medida Socioeducativa	32	16	10	58
Total geral	8.650	8.292	2.326	19.268

Fonte: Fonte: Vigilância Socioassistencial – SMS, 2025.

Observa-se que, no período analisado (2023 a abril de 2025), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) foram os principais responsáveis pela concessão de cestas básicas, refletindo sua centralidade no atendimento direto à população em situação de vulnerabilidade.

Os três CRAS que mais concederam o benefício eventual foram:

- **CRAS I:** 2.607 concessões
- **CRAS VI:** 2.549 concessões
- **CRAS II:** 2.527 concessões

O CRAS I destaca-se ainda por ter concedido o maior número de cestas em um único ano, totalizando 1.369 concessões somente em 2023.

A atuação dos CREAS e de outros serviços especializados, como Equipe de Referência, Centro Pop, e Medidas Socioeducativas, ainda que em menor escala, reforça o caráter complementar desses atendimentos em situações específicas de vulnerabilidade e risco pessoal/social.

4. SAN - Secretaria de Educação

A Rede Municipal de Ensino de Lages é composta por 118 unidades escolares, sendo 75 Centros de Educação Infantil (CEIMs), 32 Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs) e 11 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Educação no Campo). Estas unidades atendem atualmente 14.932 estudantes, todos beneficiários do Programa Municipal de Alimentação Escolar, coordenado pela Diretoria de Alimentação Escolar, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.



4.1. Organização da Alimentação Escolar

A alimentação escolar em Lages é planejada para atender às especificidades de carga horária das unidades, bem como as necessidades nutricionais dos estudantes, considerando sua faixa etária e estado de saúde. Do total de unidades escolares, 80 atendem estudantes em tempo integral – sendo todos os CEIMs e 5 EMEBs, além de escolas com alunos em tempo integral parcial, o que representa cerca de 3.000 matrículas nessa modalidade.

Nas unidades de tempo integral, os estudantes recebem quatro refeições diárias: café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. Nas escolas de período parcial, é ofertada uma refeição por turno, garantindo-se no mínimo três refeições completas por semana (compostas por arroz, feijão, carne, legumes, frutas, massas, entre outros), e dois lanches por semana (biscoitos, pães, bolos caseiros, café, sucos, chás), elaborados pelas equipes das próprias escolas. Os cardápios são públicos e podem ser acessados na Área da Transparência da Alimentação Escolar pelo link: <https://www.sgebr.com.br/alimentacaoescolar/wpcardapiostc.aspx?prefCodigo=26>

4.2. Planejamento e Equipe Técnica

A estruturação dos cardápios, o planejamento nutricional e a execução das ações de alimentação escolar são coordenadas por uma equipe de nutricionistas, responsáveis técnicos pela execução do programa. Entre suas atribuições, destacam-se:

1. Elaboração dos cardápios semanais conforme as normativas do FNDE e da Resolução nº 06/2020, priorizando alimentos in natura e minimamente processados, com restrição ao uso de ultraprocessados, açúcares e sódio;
2. Adaptação do cardápio à sazonalidade de alimentos hortifrutigranjeiros da região;
3. Cálculo da per capita alimentar por faixa etária;
4. Elaboração de fichas técnicas e planejamento das quantidades para aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis);
5. Acompanhamento dos processos de licitação e chamadas públicas para aquisição de produtos, com destaque à aquisição da Agricultura Familiar, que atingiu 83% em 2023, 96% em 2024 e tem previsão de no mínimo 90% em 2025, superando amplamente o mínimo legal de 30%;



6. Avaliação e controle de qualidade dos produtos recebidos e preparados nas escolas;
7. Fiscalização das condições de armazenamento, manipulação e preparo dos alimentos nas unidades escolares;
8. Elaboração do plano anual de formação continuada para os profissionais da alimentação escolar;
9. Aplicação de testes de aceitabilidade alimentar e realização de diagnósticos nutricionais dos estudantes;
10. Atendimento a estudantes com necessidades alimentares especiais, por meio da adequação individualizada de cardápios a partir de laudos médicos e receituários específicos.

Além disso, os nutricionistas acompanham a execução financeira do PNAE. Os valores recebidos via FNDE para alimentação escolar foram:

2023: R\$ 2.641.033,00

2024: R\$ 2.768.416,00

Previsão para 2025: R\$ 2.800.000,00, sendo que até o momento (junho 2025) já foram recebidos R\$ 1.349.614,00.

O município complementa este valor com uma contrapartida estimada em 70% do total de recursos investidos, fortalecendo a estrutura do programa.

4.3. Qualidade e Segurança dos Alimentos

O controle de qualidade é realizado desde o recebimento dos gêneros alimentícios, onde nutricionistas inspecionam visualmente os produtos. Alimentos com sinais de impropriedade para consumo são imediatamente devolvidos. O preparo nas escolas é executado por merendeiras capacitadas ao menos três vezes por ano, em cursos sobre boas práticas de manipulação, higiene e segurança alimentar.

4.4. Atendimento a Estudantes com Restrições Alimentares

A rede de ensino garante atendimento específico aos estudantes com intolerâncias alimentares, alergias ou distúrbios metabólicos. Para isso, é exigido laudo médico e receituário nutricional, que são avaliados pela equipe técnica para adaptação dos cardápios. Os alunos consomem as mesmas refeições que os demais,



com substituições de ingredientes que preservem a segurança e o valor nutricional dos alimentos.

A Secretaria Municipal de Educação apresentou levantamento anual referente à quantidade de alunos matriculados na rede municipal que necessitam de dietas alimentares especiais. Os dados apontam crescimento na demanda por alimentação diferenciada, reforçando a importância de políticas públicas integradas entre educação, saúde e segurança alimentar.

Tabela 19. Distribuição de alunos por tipo de necessidade alimentar especial.

Tipo de Dieta/Condição Alimentar	2023	2024	2025
Intolerância à lactose	150	179	200
Intolerância ao glúten	3	9	7
Alergia à proteína do leite (APLV)	25	32	36
Diabetes mellitus	3	7	8
Alergia ao ovo	8	12	13
Total de alunos	189	239	264

Fonte: Secretaria da Educação, 2025.

Pode-se perceber que houve um aumento de 39,6% no total de alunos com dietas especiais entre 2023 e 2025, evidenciando a necessidade de ampliação da capacidade técnica e logística da alimentação escolar. Além disso, a intolerância à lactose representa a condição mais prevalente, respondendo por aproximadamente 75% dos casos em 2025. Quanto aos casos de APLV (Alergia à Proteína do Leite) e alergia ao ovo também vêm crescendo de forma consistente (Tabela 19).

A presença de alunos diabéticos exige atenção especial ao fornecimento de alimentos com controle de açúcares e índice glicêmico.

4.5. Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e Hortas Escolares

No momento, não há projetos contínuos de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em razão da alta demanda operacional e do número reduzido de nutricionistas. Da mesma forma, não existe um programa estruturado de hortas escolares, embora algumas unidades mantenham pequenos espaços para cultivo de condimentos e ervas. A limitação de espaço físico é uma barreira comum, mas está no planejamento



da Secretaria a criação e incentivo à implantação de hortas escolares adaptadas, como estratégia de educação e aproximação com os alimentos.

5. SAN - Secretaria da Indústria, Comércio e Inovação (SICOI)

5.1. PAPEL ESTRATÉGICO DA SICOI NO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E À FOME

Embora a atuação da Secretaria da Indústria, Comércio e Inovação (SICOI) não envolva diretamente a distribuição de alimentos, seu papel é essencial no enfrentamento das causas estruturais da fome e da insegurança alimentar, contribuindo com políticas públicas voltadas ao emprego, renda, formalização de negócios, capacitação.

Como a SICOI colabora, de forma indireta e estratégica, para reduzir a fome e apoiar famílias em vulnerabilidade:

i. Promoção da Renda e do Trabalho

Por meio do Banco do Emprego, facilita o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade ao mercado formal de trabalho. Apoia ações de capacitação profissional que aumentam a empregabilidade e a autonomia econômica de famílias vulneráveis.

ii. Fomento ao Empreendedorismo Popular

Incentiva e orienta a formalização de pequenos negócios (MEIs, cozinhas caseiras, produtores de alimentos) que geram renda para famílias de baixa renda.

Promove capacitações e acesso a crédito para pequenos empreendedores, especialmente no setor da alimentação.

iii. Inclusão Produtiva

A Secretaria da Indústria, Comércio e Inovação (SICOI) exerce um papel estratégico no fortalecimento da inclusão produtiva como ferramenta de enfrentamento à insegurança alimentar no município de Lages. A inclusão produtiva compreende o conjunto de ações que promovem o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica a oportunidades de geração de renda, seja por meio do trabalho formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos coletivos. Em outras palavras, é ajudar pessoas que estão fora do mercado formal de trabalho ou que vivem da informalidade, do subemprego ou do desemprego crônico, a terem



meios próprios de produzir e sustentar-se, seja por meio de um emprego, de um pequeno negócio ou de atividades econômicas coletivas.

TIPOS DE INCLUSÃO PRODUTIVA

Urbana

Foca em capacitação profissional, formalização de pequenos negócios, acesso ao crédito, empreendedorismo e intermediação de mão de obra. Exemplos:

1. MEIs (microempreendedores individuais);
2. Programas de capacitação e inserção no mercado formal.

Rural

Envolve o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso a tecnologias, mercados, e assistência técnica. Exemplos:

1. Apoio a pequenos agricultores;
2. Apoio e capacitação aos produtores rurais na implantação de agroindústrias familiares.

Solidária ou Coletiva

Baseada na economia solidária, com foco em cooperativas, associações e empreendimentos coletivos. Exemplo: Grupos de pessoas que produzem alimentos, artesanato ou costura para gerar renda conjunta.

Por que é importante a inclusão produtiva para combater a fome?

Porque a fome não é apenas a falta de comida — é, principalmente, falta de renda e de autonomia para conseguir se alimentar com dignidade. A inclusão produtiva ataca a raiz do problema: a pobreza e o desemprego.

EXEMPLOS DE AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA:

- Cursos de capacitação profissional gratuitos.
- Apoio a pequenos negócios com microcrédito e regularização.
- Bancos de emprego que encaminham trabalhadores para empresas.
- Incubadoras de negócios populares.

iv. Estímulo à Inovação Social



Por meio do Parque Orion, pode fomentar soluções tecnológicas acessíveis voltadas para agricultura urbana, hortas comunitárias, aplicativos de doação de alimentos, redes de consumo consciente, etc.

v. Articulação com a Indústria e Comércio Local

Pode atuar como mediadora na criação de redes de doação de alimentos excedentes de supermercados, feiras e indústrias, em articulação com o setor de assistência social e organizações da sociedade civil.

Pode estimular o comércio local a aderir a boas práticas de responsabilidade social, como a doação de alimentos, apoio a cozinhas comunitárias e patrocínio de ações sociais.

5.2. COMO FAZER? (RECOMENDAÇÕES PRÁTICAS)

5.2.1. Mapeamento de Oportunidades

Levantar dados sobre regiões mais vulneráveis no município junto à Secretaria de Assistência Social.

Identificar empreendedores informais da alimentação que podem ser formalizados e capacitados.

5.2.2. Fortalecimento de Parcerias

- Ampliar parcerias com SENAR, SENAC, SEBRAE, e entidades sociais para ofertar cursos voltados à produção, processamento e comercialização de alimentos saudáveis.
- Estabelecer termo de cooperação com redes varejistas e atacadistas para criar redes de doação e reaproveitamento alimentar em parceria com o Banco de Alimentos.

5.2.3. Sugestão para Monitoramento de Resultados

Integrar indicadores como número de MEIs formalizados na área da alimentação, pessoas capacitadas, famílias inseridas no mercado formal, e número



de iniciativas de doação de alimentos, ao monitoramento do Plano de SAN, durante a vigência do plano.

Assim, a SICOI exerce um papel estratégico na redução da insegurança alimentar ao promover políticas de desenvolvimento econômico inclusivo. Suas ações fortalecem o acesso ao trabalho, ao empreendedorismo e à inovação, o que contribui diretamente para o aumento da renda familiar e para o acesso a alimentos de forma autônoma e digna. Por meio da formalização de negócios na cadeia da alimentação, da mediação para doação de excedentes alimentares e do estímulo à economia circular e solidária, a SICOI reforça seu compromisso com a erradicação da fome e com a promoção da segurança alimentar no município de Lages.

6. SAN - Secretaria de Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde de Lages, tem como objetivo desenvolver, coordenar e executar políticas de saúde pública, promovendo ações articuladas para prevenção, proteção, assistência e recuperação da saúde da população, visando aprimorar o funcionamento da rede de atendimento, garantindo a efetividade dos encaminhamentos entre serviços e assegurando um cuidado contínuo e integrado aos usuários do sistema público de saúde.

Tabela 20. Serviços e Programas de Saúde do Município de Lages (SC).

Eixo de Atuação	Serviços e Programas
Atenção Primária à Saúde	Estratégia de Saúde da Família (ESF)
	Equipes de Saúde Bucal (ESB)
	Academia da Saúde
	Práticas Integrativas e Complementares (PICS)
	Programa Saúde na Escola (PSE)
	Programa Bolsa Família (PBF)
	Programa de Controle do Tabagismo
	Programa Saúde da Mulher
	Programa Saúde da Criança
	Programa Hipertensos e Diabéticos
Média e Alta Complexidade	Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II)
	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)
	Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i)
	Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)
	Laboratórios de Prótese Dentária
	Policlínica Municipal de Especialidades Médicas
	Tratamento Fora do Domicílio (TFD)



	Setor de Curativos Especiais
	Atendimento de Urgência e Emergência
	Programa de Oxigenioterapia Domiciliar
Assistência Farmacêutica	Componente Básico
	Componente Especializado
	Componente Judicial
Vigilância em Saúde	Vigilância em Zoonoses
	Programa de Combate às Endemias
	Programa de Imunização
	Vigilância Epidemiológica
	Vigilância Sanitária
	Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2025.

6.1. Avaliação Antropométrica

As informações apresentadas a seguir foram obtidas a partir dos registros no sistema G-MUS (Tabelas 21 e 22), com base nos dados coletados durante as visitas domiciliares realizadas pelos agentes comunitários de saúde. Os dados referem-se ao cadastro individual da população do município de Lages (SC) e correspondem ao peso corporal da população em geral.

Embora seja possível realizar a estratificação por peso e faixa etária, o sistema, neste caso, não contempla a relação entre peso e altura, o que impossibilita o cálculo de indicadores como o índice de massa corporal (IMC) ou o diagnóstico nutricional mais preciso.

A seguir, apresenta-se o perfil demográfico da população segundo a classificação de peso:

Tabela 21. Perfil demográfico da população geral segundo o peso corporal – Lages (SC).

Descrição	Frequência	Percentual (%)
Acima do peso	810	2,01
Peso adequado	32.210	80,19
Abaixo do peso	7.183	17,87

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2025.

Tabela 22. Perfil demográfico da população de 0 a 5 anos segundo o peso corporal – Lages (SC).

Descrição	Frequência	Percentual (%)
Acima do peso	14	0,63
Peso adequado	2.172	97,18
Abaixo do peso	49	2,19

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2025.

O controle do peso na gestante é feito durante as consultas pré-natais. Durante esse acompanhamento, é possível identificar as gestantes com ganho de peso menor



ou excessivo para sua idade gestacional e orientá-las sobre as condutas adequadas em cada caso.

Além de garantir a saúde da mulher e do bebê, a assistência pré-natal tem o objetivo de acolher a mulher desde o início da gravidez, já que esse é um período de medos, dúvidas e curiosidades sobre o que está acontecendo com o corpo.

As orientações sobre cuidados alimentares devem intensificados nesse período, embora o aumento de peso seja esperado e até necessário para o desenvolvimento do bebê, ele precisa acontecer dentro de uma faixa considerada saudável. Quando o ganho é excessivo, os riscos aumentam, podendo gerar complicações para a mãe e para o feto, entre as complicações podemos citar o diabetes e a hipertensão arterial na gestação (Tabela 23).

Tabela 23. Perfil de gestantes com diabetes e hipertensão.

Descrição	Frequência	Percentual (%)
Gestantes com hipertensão	51	6,12
Gestantes com diabetes	18	2,16

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2025.

6.2. Unidades de saúde

O município de Lages possui 27 unidades de saúde com 51 equipes trabalhando com 146.178 usuários cadastrados de uma população de cerca de 171.609 habitantes (estimativa IBGE, 2024). A tabela 21 apresenta as unidades de saúde e seus respectivos usuários cadastrados por região. Nota-se que o maior número de usuários encontra-se na unidade do Coral, seguindo as unidades Santa Catarina e Santa Helena.

Tabela 24. Usuários cadastrados por Unidade de Saúde em abril de 2025 em Lages/SC.

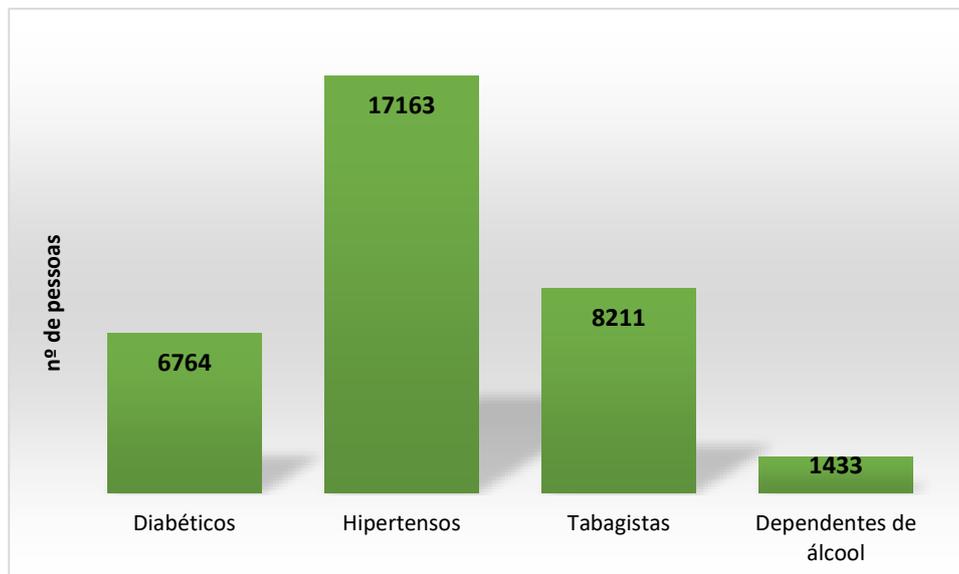
Unidade de saúde	Usuários cadastrados
Coral	9563
Santa Catarina	8916
Santa Helena	8902
Tributo	8459
Conta Dinheiro	8275
Santa Mônica	7580
Guarujá	7321



Centenário	7137
São Cristóvão	7527
Popular	6515
Penha	5543
Copacabana	5457
Pró-Morar	5125
Petrópolis	5457
Habitação	4948
Várzea	4899
São Pedro	4867
Vila Nova	3632
São Miguel	3635
São Carlos	3488
Vila Mariza	3365
Universitário	3144
Caça e Tiro	3002
Centro	2038
Frei Rogério	2326
Interior	2171
São Francisco	1998
Total	146.178

Fonte: Secretaria da Saúde 2025.

Gráfico 1. Perfil da população Cadastrada nas unidades de saúde em abril de 2025.



Fonte: Secretaria da Saúde 2025.

A hipertensão arterial é uma condição crônica que afeta um grande contingente de indivíduos tanto no Brasil quanto em âmbito global. De acordo com as estatísticas



apresentadas no Gráfico 1, que retratam o perfil da população registrada nas unidades de saúde de Lages, torna-se evidente que a hipertensão é uma das enfermidades mais prevalentes nesse grupo, afetando aproximadamente 17.163 residentes, ou seja cerca de 10% da população. Este cenário configura-se como um sério desafio de saúde pública, uma vez que a hipertensão está intrinsecamente associada a um maior risco de complicações cardiovasculares, tais como infarto, acidente vascular cerebral (AVC) e insuficiência cardíaca.

Dentre os fatores ambientais que desempenham um papel significativo no desenvolvimento da hipertensão, destacam-se a obesidade, o sedentarismo, o estresse, o tabagismo (4,7% da população cadastrada) e o consumo excessivo de álcool (0,8% da população cadastrada) e sódio (sal) na dieta. Estes elementos podem desencadear ou agravar a condição em indivíduos que possuam predisposição genética para tal. Portanto, torna-se imperativo que o município de Lages se empenhe na promoção de campanhas voltadas para a promoção de hábitos de vida saudáveis, como a manutenção de um peso adequado, boa alimentação, a prática regular de atividade física, o controle do estresse, a prevenção do tabagismo e a moderação no consumo de álcool e sal na dieta. Estas iniciativas visam não somente conter o avanço da hipertensão em nossa população, mas também promover um bem-estar duradouro e uma melhoria significativa na saúde da comunidade de Lages.

6.3. Serviços e Programas de Saúde envolvidos na Segurança Alimentar e Nutricional

A Atenção Primária a Saúde (APS) é a porta de entrada para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) através da Unidade Básica de Saúde (UBS) sendo esta a ordenadora do cuidado das Redes de Atenção à Saúde (RAS). Dentre suas responsabilidades está o atendimento de forma integral e de acordo com as diretrizes do SUS, sendo um espaço para ampliação das ações, planejamento e monitoramento, além de estimular o controle social e a participação popular.

Na política de Saúde municipal, dentro da APS, o município possui 27 Unidades Básicas de Saúde - UBS com efetivação de 51 equipes de Estratégia de Saúde da Família - ESF, que levam serviços multidisciplinares às comunidades, como consultas, exames, vacinas, medicamentos, atendimento domiciliar, dentre outros.



As Equipes de Saúde da Família (ESF) são compostas, no mínimo, por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (ACS). Em Lages, 27 equipes ESF contam também com Equipes de Saúde Bucal (ESB), compostas por cirurgião-dentista e auxiliar em saúde bucal.

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem como principal foco a promoção da saúde, prevenção de doenças, recuperação e reabilitação de agravos mais comuns, além da manutenção do estado de saúde da população. Atua como ordenadora do cuidado, sendo a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS) para a população adscrita.

No âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, as nutricionistas das Equipes Multiprofissionais realizam atendimentos clínicos mediante encaminhamento médico e agendamento via SISREG.

O acompanhamento e a avaliação dos atendimentos são registrados no Prontuário Eletrônico, sistema que integra os dados ao Ministério da Saúde. Essa base nacional possibilita a definição dos territórios de atuação das equipes e das características demográficas e epidemiológicas da população cadastrada.

6.4. Programa Saúde na Escola – PSE

Surgiu como uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, na perspectiva da atenção integral (prevenção, promoção, recuperação) à saúde das crianças, adolescentes e jovens da rede de ensino. Entre os 12 eixos temáticos a serem trabalhados entre Saúde e Educação, podemos evidenciar o Eixo 3 Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e combate à obesidade infantil.

6.5. Programa Bolsa Família

A operacionalização do Programa Bolsa Família no município ocorre de forma integrada entre a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação.

A Secretaria de Assistência Social é responsável pelo cadastramento e atualização das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).



A Secretaria de Saúde realiza o acompanhamento das condicionalidades de saúde, por meio de informações enviadas semestralmente às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), que monitoram as famílias de sua área de abrangência.

Já a Secretaria de Educação é encarregada de informar a frequência escolar dos estudantes beneficiários, requisito essencial para a manutenção do benefício.

6.6. Sistema de Informação em Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN

A avaliação contínua do perfil alimentar e nutricional da população e seus fatores determinantes compõem a Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN). Recomenda-se que nos serviços de saúde seja realizada avaliação de consumo alimentar e antropometria de indivíduos de todas as fases da vida (crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).

O SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional) tem por objetivo realizar a gestão das informações trata-se de uma ferramenta para o monitoramento da situação alimentar e nutricional e de apoio aos profissionais de saúde para o diagnóstico local das condições e agravos alimentares e nutricionais, identificando fatores de risco ou proteção para as condições de saúde da população atendida nos serviços de saúde.

Em Lages, o sistema de informação e registro é realizado através do Sistema G-MUS, que por sua vez através do RNDS faz a exportação dos dados ao banco do Ministério da Saúde. Todos os registros, identificados com Cartão Nacional de Saúde, de antropometria e de marcadores do consumo alimentar do e-SUS devem compor a base de dados do SISVAN.

6.7. Vigilância Epidemiológica e Sanitária

A vigilância atua na prevenção de doenças transmitidas por alimentos, como intoxicações alimentares e infecções. Ao monitorar e controlar a segurança dos alimentos, ela reduz os riscos de contaminação por bactérias, vírus, parasitas e produtos químicos prejudiciais à saúde.

Em casos em que um alimento apresenta riscos à saúde dos consumidores, a vigilância coordena o processo de retirada do produto do mercado. Isso é fundamental para proteger os consumidores e evitar possíveis danos à saúde.



A colaboração entre profissionais de saúde de diferentes áreas, possibilita a troca de conhecimentos e experiências relacionadas à segurança alimentar. Isso fortalece a abordagem multidisciplinar na promoção da segurança alimentar e proteção da saúde dos consumidores.

7. SAN - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca de Lages

A agricultura, em suas diversas formas de organização produtiva, é um dos pilares essenciais para a segurança alimentar e nutricional no município de Lages, Santa Catarina. Em 2024, o município contou com 213 produtores com Cadastro da Agricultura Familiar (CAF Física) e 2 entidades com CAF Jurídica. Também houve avanço significativo no acesso ao crédito rural, com 252 agricultores beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), superando os números de 2023 (240) e 2022 (204).

A assistência técnica é uma ferramenta estratégica para o fortalecimento da produção agrícola. No ano de 2024, 926 famílias foram atendidas pela Secretaria Municipal da Agricultura e pela EPAGRI. Desse total, 374 eram mulheres e 116 jovens, o que demonstra o envolvimento crescente de públicos prioritários no processo produtivo e no desenvolvimento rural sustentável.

Os técnicos da Secretaria da Agricultura prestaram orientações sobre técnicas de cultivo, manejo de solos, irrigação, adubação, controle de pragas e doenças de plantas, promovendo o aprimoramento das práticas agrícolas. Os atendimentos foram realizados por meio de visitas às propriedades, atendimentos presenciais na sede da Secretaria e também via whatsapp, garantindo agilidade e proximidade com os produtores. A média mensal de atendimentos foi de aproximadamente 25, evidenciando o comprometimento com o fortalecimento da produção local e a promoção de alimentos seguros e de qualidade para a população.

7.1 Produção Agrícola e Pecuária

A economia rural de Lages é marcada por uma diversidade de culturas e atividades. Os principais produtos agropecuários incluem (maior participação no valor da produção):

1. Madeira em tora para papel – 19,5%



2. Bovino – 19,01%
3. Soja – 17,75%
4. Madeira em tora para outra finalidade – 12,1%
5. Milho grão – 5,05%

Esses cinco produtos sozinhos representam uma parcela significativa da economia agrícola da região.

Outras atividades relevantes:

- Feijão – 4,97%
- Maçã – 4,44%
- Leite de vaca – 3,62%
- Ovos de galinha – 2,37%

Produtos com Baixa Participação (abaixo de 1,5%):

- Morango, Milho forrageiro

Outros produtos temporários:

- Pinhão, Abóbora, Cebola, Lenha.

Pode-se observar que o setor florestal tem peso significativo (mais de 31% somando madeira para papel e para outras finalidades), o que indica uma forte vocação silvicultural. A Pecuária também é relevante, especialmente a bovinocultura. Grãos como soja e milho se destacam entre as lavouras temporárias.

Assim, embora a madeira não esteja diretamente ligada à alimentação, ela tem um papel estratégico na segurança alimentar de forma indireta. A silvicultura gera renda significativa para as famílias agricultoras, permitindo que estas invistam na aquisição de alimentos, na melhoria das estruturas produtivas e na diversificação das atividades. Além disso, a cadeia da madeira emprega mão de obra local e fortalece a economia rural, contribuindo para a permanência das famílias no campo e a sustentabilidade das comunidades.

A produção de alimentos in natura segue sendo central. Em especial, os grãos como milho e feijão fazem parte da base alimentar regional. No entanto, a produção orgânica certificada ainda é bastante limitada no município. Atualmente (2025),



apenas quatro produtores que fazem parte da Agricultura Familiar, entregam alimentos com certificação de orgânicos. Entre os itens certificados estão:

- Hortaliças: alface, beterraba, cenoura, couve, espinafre, couve-flor, couve-brócolis, rúcula, vagem, tempero verde, levístico, mostarda, pepino, rabanete, alho-poró, chuchu, ervilha, beterraba, abóbora, moranga, abóbora caserta, batata-doce.
- Grãos: feijão de vagem, milho branco.
- Legumes-frutos: tomate, tomate cereja, berinjela.

A baixa adesão à produção orgânica está relacionada, principalmente, ao alto custo do processo de certificação e à burocracia envolvida, que tornam o processo inviável para muitos pequenos produtores. Além disso, o manejo orgânico exige capacitação contínua, estrutura adequada e acompanhamento técnico, fatores que ainda precisam ser fortalecidos localmente. A ampliação da produção orgânica deve ser tratada como prioridade estratégica, tanto pelo seu valor nutricional quanto pela sustentabilidade ambiental que promove.

7.2 Programas de Aquisição e Alimentação Escolar - PNAE e PAA: Conectando a Agricultura Familiar à Segurança Alimentar em Lages

Os programas PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) são instrumentos fundamentais de política pública que promovem o fortalecimento da agricultura familiar e asseguram o direito à alimentação adequada à população em situação de vulnerabilidade. Em Lages, esses programas desempenham um papel estratégico na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao mesmo tempo em que incentivam o desenvolvimento econômico local.

Atualmente, cerca de 88 famílias de agricultores familiares do município participam ativamente desses programas, fornecendo alimentos frescos, saudáveis e de qualidade tanto para a alimentação escolar nas instituições públicas quanto para ações sociais e assistenciais voltadas a famílias em situação de vulnerabilidade. Essa conexão entre produção e consumo local contribui diretamente para a economia rural, reduz o desperdício de alimentos e promove hábitos alimentares mais saudáveis nas escolas.



A atuação da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, em conjunto com a EPAGRI, é essencial para viabilizar o funcionamento desses programas. As instituições são responsáveis por orientar tecnicamente os produtores, tanto individuais quanto organizados em grupos formais, no processo de elaboração das propostas de venda. Além disso, contribuem com o planejamento produtivo, por meio da definição da sazonalidade e do cronograma anual de entregas, garantindo uma oferta contínua e diversificada de alimentos ao longo do ano letivo e dos ciclos de distribuição social.

Os resultados dos últimos anos demonstram o crescimento significativo da participação da agricultura familiar nos programas institucionais. Em 2023, foram entregues cerca de 255.198,7 quilos de alimentos, totalizando R\$ 1.222.465,71 em recursos. Já em 2024, apenas pelo grupo formal AGRILAGES (Associação de Agricultores Familiares de Lages), foram fornecidos 344.356 quilos de alimentos, movimentando um valor expressivo de R\$ 2.652.397,54. Esse salto evidencia não apenas a capacidade de organização dos agricultores, mas também o compromisso da gestão municipal e estadual em valorizar a produção local.

Para o ano de 2025, a estimativa é ainda mais promissora: espera-se a entrega de aproximadamente 327.860 quilos de alimentos, com um volume financeiro estimado em R\$ 3.175.511,24. Esses números reforçam o impacto positivo dos programas PNAE e PAA como ferramentas de inclusão produtiva, geração de renda no meio rural e promoção da segurança alimentar para os públicos mais vulneráveis.

Ao conectar o campo à cidade, os programas também fortalecem a cultura da alimentação saudável e consciente, favorecendo a permanência das famílias no campo e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. O desafio para os próximos anos está em ampliar o número de agricultores participantes, diversificar ainda mais os produtos ofertados e aprimorar os mecanismos logísticos e operacionais que sustentam essas importantes iniciativas.

7.3. Ações Desenvolvidas no Âmbito do Serviço de Inspeção Municipal – SIM

Quanto ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM) diversas ações voltadas à garantia da qualidade sanitária dos produtos de origem animal e vegetal no município de Lages são executadas, contribuindo diretamente para a promoção da segurança



alimentar e nutricional da população. As atividades desenvolvidas no decorrer do ano são:

- Visitas orientativas e fiscalizatórias a estabelecimentos registrados e/ou vinculados ao SIM, com foco na adequação às normas higiênico-sanitárias e de processamento;
- Atendimentos relacionados ao SIM, prestando suporte a produtores e estabelecimentos quanto à regularização e manutenção de boas práticas;
- Realização coletas de leite em propriedades registradas, com análises laboratoriais que contemplem parâmetros como Contagem de Células Somáticas, Contagem Bacteriana Total, Teores de Gordura, Proteína, Lactose, Sólidos Totais, Extrato Seco Desengordurado, Ureia e Caseína;
- Emissão de autorizações de rotulagem de produtos de origem animal e vegetal, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a rastreabilidade dos alimentos;
- Encaminhamento de rótulos para impressão via Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense (CISAMA – AMURES), ampliando o acesso ao mercado formal por parte dos produtores locais.

Estas ações reforçam o compromisso do município com a segurança alimentar e nutricional, promovendo alimentos seguros, de qualidade e com procedência verificada para a população.

7.4. Infraestrutura de Abastecimento

O município conta com duas estruturas públicas de abastecimento alimentar: o Armazém da Merenda Escolar, responsável pela logística e distribuição de alimentos às escolas municipais, e o Banco de Alimentos, que atende famílias em insegurança alimentar e nutricional. Ambos são instrumentos essenciais para assegurar o acesso contínuo e qualificado a alimentos, promovendo a agricultura familiar.

7.5. Fortalecimento da Agricultura Familiar e Produção Urbana

Além das ações voltadas ao meio rural, é essencial retomar e fortalecer as estratégias de produção urbana e periurbana como instrumento de promoção da segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Em 2023, o município de Lages contava com 58 hortas comunitárias implantadas com o apoio técnico e logístico do Horto Municipal. No entanto, até o ano de 2025, apenas uma



dessas hortas permanece ativa. A principal dificuldade identificada foi a ausência de manejo contínuo por parte dos moradores responsáveis, o que comprometeu atividades essenciais como a irrigação, o controle de plantas invasoras e a reposição periódica de mudas — tarefas que deveriam ser realizadas com suporte técnico da administração municipal.

Apesar da redução significativa das hortas comunitárias, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca tem redirecionado esforços para o fortalecimento das hortas domésticas, com resultados expressivos. Por meio do Horto Municipal e do Projeto Cultivar, foram distribuídas, somente em 2024, cerca de 58.000 mudas diretamente à população lageana. Além disso, o Balcão de Mudas do Horto Municipal forneceu aproximadamente 131.785 mudas, enquanto ações itinerantes realizadas em bairros e instituições — como escolas, serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e unidades prisionais — resultaram na entrega de mais de 76.245 mudas.

Essas iniciativas alcançam mensalmente mais de 50 bairros do município, evidenciando o sucesso e o impacto consolidado das políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria. As ações de incentivo à produção de alimentos em espaços urbanos e domésticos contribuem de forma direta para o acesso a alimentos frescos e saudáveis, além de promover a autonomia das famílias, o aproveitamento de espaços ociosos e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

7.6. Hortas Escolares – Projeto Terra Mágica

As hortas escolares representam um valioso instrumento pedagógico e socioambiental, promovendo o aprendizado prático, o contato com a natureza e a valorização de hábitos alimentares saudáveis. Por meio delas, os estudantes desenvolvem uma relação direta com o alimento, compreendendo sua origem, seu valor nutricional e sua importância para a saúde e o bem-estar.

No município de Lages, em 2025, a iniciativa ganha força com a previsão de lançamento do projeto Terra Mágica – Hortas Escolares, que já conta com o interesse de 24 escolas estaduais e 43 unidades municipais de ensino. A proposta busca transformar a horta em um verdadeiro laboratório a céu aberto, onde o professor pode integrar diversas áreas do conhecimento, como Ciências, Matemática, Geografia, Língua Portuguesa e Educação Ambiental, de forma lúdica e significativa.



O ambiente da horta escolar favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais, além de estimular o trabalho em equipe, a responsabilidade e o respeito ao ciclo da natureza. Ao acompanhar o cultivo de hortaliças e legumes, os alunos também são incentivados a refletir sobre a importância do alimento in natura, da qualidade dos alimentos consumidos e da prevenção de doenças associadas à má alimentação, como obesidade, diabetes e hipertensão.

A Secretaria de Agricultura e Pesca será responsável pelo fornecimento das mudas necessárias ao projeto, bem como pela realização de oficinas e visitas técnicas nas escolas participantes, com o objetivo de orientar educadores, funcionários e educandos sobre o manejo da horta e a inserção das práticas agrícolas no cotidiano escolar.

O projeto Terra Mágica reforça o compromisso do município com a educação alimentar e nutricional desde a infância, promovendo o acesso a alimentos saudáveis e o fortalecimento de vínculos entre a escola, a comunidade e o território em que está inserida.

7.7. Comunidades Atendidas pela Assistência Técnica

A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca, em parceria com a EPAGRI, atende diversas comunidades rurais, visando o desenvolvimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar. As comunidades atendidas incluem:

1. Cadeados
2. Três Barras
3. Três Árvores
4. Gramado
5. Macacos
6. Rancho de Tábuas
7. Passo do Souza
8. Lambedor
9. Entrada do Campo
10. Santa Catarina
11. Caetano Verza
12. Cerro Alto
13. Pedras Brancas



14. Índios
15. Potreiros
16. Mirante
17. Morrinhos
18. Cajuru
19. Raposo
20. São Jorge
21. Faxinal
22. Rincão do Perigo
23. Coxilha Rica
24. Escurinho
25. Passo dos Fernandes
26. Manfroi
27. Santa Terezinha do Boqueirão
28. Ilhota
29. Mangueirão
30. Santa Terezinha do Salto

Essas comunidades recebem apoio técnico, capacitação e recursos para fortalecer a produção agrícola local e garantir o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis.

7.8. Atividades relacionadas ao uso da água

A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca, em constante parceria com outras instituições públicas, desenvolve ações voltadas à melhoria da qualidade da água nas áreas rurais do município. Entre essas ações, destacam-se as orientações técnicas oferecidas aos produtores rurais sobre a proteção de nascentes e de fontes de água, sejam elas superficiais ou subterrâneas. Também são apresentados modelos sustentáveis que contribuem para a conservação e o aumento do fluxo hídrico nas propriedades. Além disso, são recomendadas soluções adequadas para o armazenamento e a distribuição da água, considerando as particularidades de cada propriedade rural.

7.9. Infraestrutura de Estradas Rurais



A manutenção e melhoria da infraestrutura viária rural desempenham um papel estratégico na garantia da segurança alimentar, uma vez que impactam diretamente o escoamento da produção agrícola, a redução de perdas pós-colheita, a diminuição dos custos logísticos e o acesso a serviços essenciais por parte das famílias do campo.

Atualmente (2025), o município de Lages conta com aproximadamente 2.049 km de estradas rurais. Para atender essa extensa malha viária, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca dispõe de uma estrutura significativa, composta por 4 motoniveladoras, 4 tratores, 6 caçambas, 4 caminhões, 6 retroescavadeiras, 2 escavadeiras hidráulicas, 4 rolos compactadores, 1 plaina, 11 veículos leves e 1 micro-ônibus. Além disso, a pasta mantém contrato com três empresas terceirizadas, responsáveis por serviços complementares de cascalhamento e manutenção das vias.

Paralelamente, o município mantém em atividade 16 tratores agrícolas e 120 implementos voltados ao Programa Porteira Adentro, que beneficia diretamente os produtores rurais com ações voltadas à infraestrutura dentro das propriedades, facilitando tanto a produção quanto o transporte dos alimentos.

O investimento contínuo na manutenção das estradas rurais é essencial para assegurar o fluxo regular da produção agropecuária até os mercados consumidores, contribuindo para a redução dos custos de produção, o aumento da competitividade dos produtores locais e o fortalecimento da agricultura familiar.

7.10. Programa Porteira Adentro

O Programa Porteira Adentro, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Lages por meio da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Pesca, tem como objetivo principal oferecer apoio direto aos pequenos e médios produtores rurais do município, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar, a melhoria da infraestrutura das propriedades e o incentivo à permanência das famílias no campo.

Por meio do programa, a prefeitura disponibiliza máquinas, equipamentos e apoio técnico para a realização de diversas melhorias nas propriedades, como:

- Abertura e manutenção de acessos internos (estradas e caminhos rurais);
- Construção de açudes e curvas de nível;



- Terraplanagem para estruturas produtivas (estufas, galpões, pocilgas, entre outros);
- Preparação de solo para plantio;
- Apoio na implementação de práticas de conservação do solo e da água.

O programa é executado com base em agendamentos e critérios técnicos, buscando que o atendimento seja realizado de forma organizada e eficiente. A atuação do Porteira Adentro contribui não apenas para a melhoria das condições de produção e de vida no meio rural, mas também para a sustentabilidade ambiental, o aumento da produtividade e o desenvolvimento socioeconômico local.

Além disso, o programa é um importante instrumento de fortalecimento da relação entre o poder público e a comunidade rural, garantindo que as demandas do campo sejam atendidas com atenção e respeito à realidade de cada propriedade.

Assim pode-se concluir que a agricultura familiar em Lages é um dos pilares da segurança alimentar e nutricional local. A presença de cadeias produtivas consolidadas, como a madeira, e de políticas públicas de apoio técnico e financeiro reforçam a importância do setor. Contudo, desafios persistem, especialmente na ampliação da produção orgânica, no fortalecimento das hortas comunitárias e na integração da produção rural e urbana. O compromisso com a inclusão, a sustentabilidade e a soberania alimentar deve orientar as ações futuras do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

7.11. Feiras da Agricultura Familiar

No município de Lages, estão em funcionamento seis (6) pontos fixos de feiras da Agricultura Familiar, distribuídos em diferentes bairros e com realização em dias alternados da semana. Esses espaços têm como objetivo central fortalecer os circuitos locais de comercialização, valorizando os produtores rurais do município e promovendo o acesso da população a alimentos frescos, saudáveis e de qualidade.

As feiras constituem uma estratégia relevante para o incentivo à alimentação adequada e saudável, ao mesmo tempo em que contribuem para o fortalecimento da economia rural local. Os preços dos produtos comercializados são definidos pelos próprios agricultores, respeitando os princípios da economia solidária e da venda direta, sem a presença de intermediários.



A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, em parceria com a Epagri, presta apoio técnico contínuo aos feirantes, tanto na organização das estruturas físicas das feiras quanto na orientação sobre boas práticas de comercialização. Também são promovidas ações voltadas à regularização e qualificação sanitária dos produtos ofertados, especialmente aqueles de origem animal ou processados, que devem possuir certificação e estar devidamente inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM).



**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE LAGES – SC
SETEMBRO DE 2023**

No dia 21 de agosto de 2023, realizou-se a 7ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no Auditório CCJ – Uniplac, situado na Avenida Castelo Branco, 170 – Universitário - Lages/SC.

A Comissão organizadora deu início aos trabalhos no mês de junho, realizando leitura, estudos e reuniões para encaminhamentos para a referida Conferência, que resultaram em propostas que retratam a necessidade dos territórios e cenário atual do sistema de SAN.

A conferência com o lema: Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade, teve o total de 82 participantes, tendo a participação na abertura (online) da Sra. Neila Maria Viçosa Machado – representante do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SC, realizando uma breve contextualização do sistema de SAN.

PROPOSTAS

**EIXO 1 - DETERMINANTES ESTRUTURAIS E MACRODESAFIOS PARA A
SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Coordenador(a): Beatriz Josefina Paggi e Naiane Justino da Rosa Dircksen

Proposta	Município	Estado	União
Elaborar mapa da fome no município de Lages, identificando os territórios de insegurança alimentar, a fim de ampliação/implementação dos equipamentos (cozinha comunitária, banco de alimentos, restaurante popular e padaria) voltados a erradicação da fome.	x		
Implantar a feira popular de produtos in natura e destinado a restrição alimentar com custos reduzidos, sendo que o município arque com o valor excedente, priorizando o público em insegurança alimentar.	x		
Incentivo fiscal e financiamento através de editais para a produção da agricultura familiar de alimentos <i>in natura</i> para a ampliação da produção e comercialização.	x		
Redução do IPTU para os espaços urbanos improdutivos/desocupados, para ampliação da agricultura familiar e urbana, fomentando geração de renda.	x		
Incentivo fiscal e financiamento através de editais para a produção da agricultura familiar de alimentos		x	



<i>in natura</i> para a ampliação da produção e comercialização.			
Ampliação e a garantia de orçamentos aos programas e projetos de segurança alimentar e nutricional.		X	
Agilizar os processos de desapropriação de ocupação de terras improdutivas/desocupadas, para ampliação da agricultura familiar e urbanas, fomentando geração de renda (reforma agrária).			X
Ampliar e incentivar, através de campanhas, e incentivos fiscais, aos fornecedores e agricultores a distribuição de alimentos sem valor comercial mas, adequados para consumo. Simplificação dos processos fiscais e redução dos custos.			X
Ampliação e a garantia de orçamentos aos programas e projetos de segurança alimentar e nutricional.			X

EIXO 2 - SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS GARANTIDORAS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Coordenador(a): Daniel Tadeu Francisco e Charles Andrade Medeiros

Proposta	Município	Estado	União
Criar a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com equipe técnica, com qualificação no âmbito da política de SAN sendo responsável pela articulação intersetorial e intersecretarial no sentido de fortalecer o caráter transversal.	X		
Fortalecer a CAISAN, realizar o diagnóstico municipal de SAN, construir o plano de SAN e construir o fluxo e protocolo de segurança alimentar e nutricional para a articulação intersetorial para o fortalecimento da SAN no município com a devida adesão ao SISAN para a pactuação de recursos.	X		
Conscientização da população e fornecedores de alimentos sobre doação de alimentos ao banco de alimentos e demais parceiros da rede de SAN. Campanha desperdício zero.	X		
Garantir em lei percentual mínimo de 2% do orçamento do estado para a política de segurança alimentar e nutricional.		X	



Realizar capacitações aos municípios para a oferta de ações de SAN, bem como sobre alimentação especial e patologias.		X	
Incentivar e orientar os municípios na implementação e efetivação da política de SAN.		X	
Garantir percentual mínimo do orçamento da união para a política de SAN.			X
Criar a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional			X
Criar o CAPACITASAN – Programa de Capacitação Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional			X

EIXO 3 - DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador(a): Vanuza Brunetta e Wander Galvão Lopes Fernandes

Proposta	Município	Estado	União
Agilizar a construção e conclusão do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Município e integrar as redes locais e regionais e dar efetividade à CAISAN.	X		
Revisão do quadro de funcionários e salários, capacitando os nutricionistas e profissionais afins, com projetos e programas que atuam na Política de SAN.	X		
Aprovação da proposta de projeto de lei do CONSEA com garantia do fundo de SAN.	X		
Fortalecimento dos CONSEAS já existentes e criação nos municípios não existentes.		X	
Cofinanciamento dos repasses para os municípios para implantação, manutenção e modernização dos equipamentos da SAN.		X	
Estabelecer ação integrada entre os governos Estadual e Federal na distribuição de alimentos. Efetivação do SISAN.		X	
Cofinanciamento dos repasses para os municípios para implantação, manutenção e modernização dos equipamentos da SAN.			X
Estabelecer ações integradas entre os governos Municipal Estadual e Federal na distribuição de alimentos, na execução de ações voltadas para a agroecologia,			X



agroflorestas, preservação das águas, mananciais e maior controle de agrotóxicos.			
Revisão das autorizações de uso e formulações de agrotóxicos nos últimos seis anos.			X

MOÇÕES:

*Moções seguem digitalizadas em anexo.

- 1) Moção de recomendação. Assunto: **Treinamento aos Profissionais**. Texto: Treinamento com profissionais da educação juntamente aos profissionais da saúde e assistência social, voltado à alimentação especial afim de orientar e criar hábitos saudáveis / adequados e específicos para cada patologia. Moção aprovada.
- 2) Moção de recomendação. Assunto: **Construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Lages/SC**. Texto: Fortalecer as políticas públicas de educação, saúde, agricultura, dentre outras, para a construção e implementação do plano de segurança alimentar do município de Lages/SC. Moção aprovada.
- 3) Moção de recomendação. Assunto: **Reavaliação do quadro de trabalhadores**. Texto: Visando a devida implementação das políticas, programas e projetos de segurança alimentar se faz necessário a reavaliação do quadro de profissionais, com o aumento do número de nutricionistas e demais profissionais nos equipamentos que estarão aplicando tais programas, políticas e projetos. Moção aprovada.

FOTOS DA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



PROPOSTA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO

Para a efetiva implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), é imprescindível o estabelecimento de uma metodologia clara de gestão, acompanhamento e avaliação. A coordenação da política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme estabelecido na legislação vigente. Essa secretaria atua como Secretaria Executiva da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), sendo o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) o órgão colegiado responsável pelo acompanhamento da execução do PMSAN. O CONSEA é composto por representantes do poder público municipal, instituições de ensino superior, órgãos públicos e organizações da sociedade civil.

O plano atual abrange o período de 2025 a 2029 e tem como objetivo garantir a continuidade das ações do poder público municipal, mesmo diante das mudanças administrativas decorrentes dos ciclos eleitorais a cada quatro anos. Dessa forma, busca-se assegurar a coerência e o alinhamento entre diferentes gestões municipais. A revisão do plano deverá ocorrer ao final desse período, dando origem a uma nova versão com horizonte temporal de 2029 a 2033.

O acompanhamento e o monitoramento do PMSAN deverão ocorrer por meio de reuniões periódicas com a CAISAN e as demais instituições e organizações que possuem ações pactuadas no plano. Nessas reuniões, será feita a análise da execução das iniciativas previstas. As avaliações também ocorrerão no âmbito da CAISAN, que terá papel orientador para os trabalhos e servirá de base para eventuais revisões do plano.

Para qualificar esse processo, recomenda-se o desenvolvimento e a adoção de uma metodologia de avaliação de desempenho do PMSAN. Isso exige a construção de indicadores que permitam mensurar os resultados alcançados, subsidiar análises críticas, embasar a tomada de decisões e contribuir para a melhoria dos processos organizacionais. Esses indicadores também facilitam o planejamento, o controle do desempenho e permitem análises comparativas entre diferentes instituições envolvidas.



De acordo com Bahia (2021), o desempenho é entendido como o conjunto de esforços realizados em direção à obtenção de resultados. Assim, pode-se definir desempenho como a atuação de uma organização, projeto, processo ou atividade com vistas à concretização de um objetivo.

Os indicadores são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação. Eles permitem acompanhar o alcance de metas, identificar avanços, melhorias na qualidade, problemas e necessidades de ajustes. Também ajudam a compreender a realidade a ser transformada, a estabelecer prioridades, a selecionar públicos-alvo e a transformar objetivos em metas mensuráveis. Dessa forma, tornam mais eficiente o acompanhamento das ações, a avaliação de processos, a introdução de correções e a verificação de resultados e impactos.

Contudo, é importante destacar que os indicadores não resolvem problemas por si sós — apenas os sinalizam. A eficácia na resolução das questões identificadas depende diretamente da atuação dos gestores. Indicadores que variam ao longo do tempo, sem que nenhuma providência seja tomada, tornam-se ineficazes e apenas geram custos sem benefícios reais para a instituição.

Além disso, os indicadores favorecem a participação e o empoderamento dos diversos atores envolvidos. Com acesso à informação, essas partes interessadas podem contribuir de forma mais qualificada, trazendo diferentes visões e prioridades. Simultaneamente, os indicadores estimulam o fortalecimento da capacidade organizacional, da articulação entre setores e da argumentação técnica, promovendo a descentralização e ampliando as possibilidades de alcançar um desenvolvimento sustentável.

Diante disso, torna-se essencial a implementação de uma sistemática permanente de monitoramento e avaliação, que não apenas avalie o plano em vigência, mas também oriente e qualifique os próximos ciclos do PMSAN.



Quadro Resumo: Gestão e Monitoramento do PMSAN

Coordenação: Secretaria Municipal de Assistência Social

Colegiado de Acompanhamento e Monitoramento: CAISAN E CONSEA

Ações programadas para 2025-2029. Sugere-se que em 2029 seja realizado um revisão programando ações para 2029-2033.

Metodologia de Acompanhamento:

- Reuniões bimestrais da CAISAN com a participação dos parceiros com ações pactuadas no PMSAN;
- Estabelecimento de uma metodologia de gestão do desempenho.



**PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS**



ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J. L. de M.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brazil. *Meteorologische Zeitschrift*, v. 22, n. 6, p. 711–728, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1127/0941-2948/2013/0507>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ATLAS BRASIL. Perfil do município de Lages (SC). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/4209300>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BÁHIA, Leandro Oliveira. *Guia referencial para construção e análise de indicadores*. Brasília: ENAP, 2021. 43 p. ISBN 978-65-87791-19-7.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Art. 203 e 204. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que institui a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Institui a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 2 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSA); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). *II Plano Decenal da Assistência Social (2016–2026): Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as*. Resolução CNAS nº 7, de 18 de maio de 2016. Brasília, 18 maio 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/937>. Acesso em: 24 jun. 2025.

BRASIL. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): Estrutura, Funcionamento e Diretrizes. Brasília: CONSEA, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/consea/pt-br/assuntos/sisan>. Acesso em: 25 jun. 2025.



CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (7. : 2023 : Lages). *Relatório*. Lages: s.n., 2023. 8 p. Tema: Segurança Alimentar e Nutricional.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. *Lages (SC)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/lages.html>. Acesso em: 5 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. (Se disponível, inclua o local e a editora oficial).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LAGES (SC). **Lei Complementar nº 198, de 25 de setembro de 2003**. Institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/Lages, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Lages*, Lages, 25 set. 2003. (Lei complementada pela LC nº 223/2005). Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/lages/lei-complementar/2003/19/198/lei-complementar-n-198-2003-institui-o-conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-consea-lages-e-da-outras-providencias>

Lages (SC). **Lei nº 3.856, de 24 de abril de 2012**. Institui o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN Lages e estabelece composição, diretrizes e criação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. Lages: Câmara Municipal, 24 abr. 2012. Disponível em: <https://www.camarylages.sc.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/0/36/0/49197>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LAGES (SC). **Decreto nº 12.658, de 04 de junho de 2012**. Institui no âmbito do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, a Câmara de Gestão Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/Lages. *Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina*, Lages, 04 jun. 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/l/lages/decreto/2012/1266/12658/decreto-n-12658-2012-institui-no-ambito-do-sistema-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan-a-camara-de-gestao-intersectorial-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-caisan-lages?q=decreto+12658+2012> . Acesso em: 27 maio 2025.

MORAES, Iran Rosa de. *Safra de pinhão 2024, na região da Amures, tem estimativa de 5,7 mil toneladas: na região, a colheita e venda do pinhão é complemento de renda*



de cerca de 5 mil famílias. Lages: Prefeitura Municipal de Lages, 4 abr. 2024. Disponível em: <http://lages.sc.gov.br/noticia-descricao/6138/safra-de-pinhao-2024-na-regiao-da-amures-tem-estimativa-de-57-mil-toneladas>. Acesso em: 24 jun. 2025. EPAGRI. Cepa. Estimativa de safras. Florianópolis: Epagri, 2025. Disponível em: <https://www.infoagro.sc.gov.br/safra/safras/estimativa-de-safras-pc/> Acesso em 25 de jun. 2025.

Prefeitura Municipal de Lages (SC), Secretaria Municipal de Assistência Social. Portaria SMAS nº 02/2024, de 15 fev. 2024. Dispõe sobre o Protocolo de Atendimento, Acompanhamento, Referência e Contrarreferência de famílias e indivíduos nos serviços, programas, projetos e benefícios da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lages. Lages, 15 fev. 2024. Disponível em: <https://www.lages.sc.gov.br/instrucoes-normativas/> Acesso em: 03 jun. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES (SC). [Painel de dados – Power BI]. Lages: SMS – Lages, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDUzNTRmNzEtOGNkYy00ZiNILWE4NTgtNjM3OGMwMjhINGQwliwidCI6ImZkYTQ1ZDBhLTk2NjctNGEyYS1iOWZjLTkxMTRiOGM5ZGI0NiJ9>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC. *Lages em números*. Organizadores: Cleber Borba Nascimento; Diego Wander Demetrio. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2017. 126 p.: il. (Cidade Empreendedora). Disponível em: <https://www.lages.sc.gov.br/public/lages-bem-mais-simples/Lages%20em%20Numeros%20-%20Ed.%202017%20-%20Cidade%20Empreendedora.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.